

ANPOCS **b i b**
Revista Brasileira de Informação
em Ciências Sociais

16

IN: bib 16

Sumário

Resenha Bibliográfica: Histórias de Vida na América Latina / <i>Aspásia Camargo, Lucia Hippolito e Valentina da Rocha Lima</i>	5
Ensaio Bibliográfico: Mulheres na Força de Trabalho na América Latina / <i>Neuma Aguiar</i>	25
Fontes de Pesquisa: Fontes para o Estudo da História de Minas Gerais	45
Pesquisas em Andamento	49
Teses e Dissertações	55
Noticiário	61

Histórias de Vida na América Latina*

*Aspásia Camargo
Lucia Hippolito
Valentina da Rocha Lima*

I. Advertência

Inúmeras são as dificuldades que cercam as tentativas de avaliação do método de história de vida na produção intelectual latino-americana. Por isso mesmo, preferimos classificar esse trabalho como uma tentativa preliminar. Como não tratamos de um país, mas de um continente, os obstáculos se multiplicam, pois a despeito de características culturais comuns, as diferenças entre os países são enormes. A reduzida integração econômica, política e cultural faz da América Latina um vasto conglomerado com um precário fluxo de comunicação acadêmica, que ainda hoje se realiza através da Europa e dos Estados Unidos. O primeiro reflexo do quadro acima neste trabalho é a disparidade no levantamento da produção dos diferentes países.

É certo que a comunicação aumentou nos últimos anos, paradoxalmente estimulada pelas crises políticas que dominaram o chamado Cone Sul e que provocaram uma circulação inédita de quadros acadêmicos entre países como Brasil, Argentina, Chile, Venezuela e México, deixando como saldo positivo uma rede de relações pessoais e profissionais que poderá ser ampliada em um futuro próximo. E quem sabe se

ela não será o embrião de uma identidade cultural mais sólida e dinâmica?

Outro problema se vincula ao fato de, nas condições anteriormente mencionadas, uma avaliação desta natureza ser feita por pesquisadores brasileiros. Entre todos os países, o Brasil é, sem dúvida, o mais isolado e mais atípico, seja pela diferença de língua (deixando-o à margem dos importantes mercados editoriais do México e de Buenos Aires), seja pela geografia (que isola o eixo Rio-São Paulo dos demais centros culturais do continente). Isto nos impede, portanto, de integrar uma subcultura regional expressiva, como é o caso dos países andinos, do Prata ou do Caribe, ou daqueles que embora separados geograficamente são parte de uma cultura com raízes pré-colombianas comuns.

Estas explicações são indispensáveis para justificar o desequilíbrio entre as informações obtidas sobre o Brasil, de um lado, e sobre os demais países, do outro, acrescentando-se que para os países de língua espanhola houve um maior acesso à Argentina e ao México, centros editoriais importantes, ao contrário de outros como Chile, Peru, Venezuela ou a América Central e o Caribe.

* Trabalho apresentado no Grupo sobre uso de narrativas autobiográficas (histórias de vida) nas ciências sociais, X Congresso Mundial de Sociologia, no México, em agosto de 1982.

Com a finalidade de obter informações, distribuímos questionários pelas instituições latino-americanas de nosso conhecimento, mas os resultados obtidos foram insignificantes. As listas de instituições existentes são ainda precárias, e como os especialistas em história de vida não ignoram, questionários deste tipo raramente fornecem os dados necessários para o levantamento cuidadoso do conteúdo dos assuntos e questões em curso. As tentativas através de contatos pessoais foram muito mais proveitosas.¹

Em resumo, este trabalho deve possuir lacunas importantes, mas ainda não somos capazes de avaliar sua dimensão exata. A América Latina é um continente, os países são diferentes, o acesso à documentação é difícil e as fontes de consulta são escassas. Creemos, portanto, que o levantamento iniciado poderá ser de alguma utilidade e continuar em uma segunda etapa, com a ajuda de trabalhos parciais mais exaustivos.

Em termos de conteúdo, a diversidade de propostas metodológicas existentes não parece diferir fundamentalmente do que ocorre em outras partes do mundo. A riqueza e heterogeneidade do material coexistem como sinal, talvez, do dinamismo do método, mas também de seu ainda precário amadurecimento. Alguns critérios de classificação do material foram propostos, neste artigo, como passo inicial para que sejam sistematizados e discutidos procedimentos e técnicas comuns.

Cabe ainda assinalar, como consideração preliminar, que a introdução do método de história de vida na América Latina é um fenômeno do pós-guerra que tendeu a identificar-se, através das entidades internacionais e pesquisadores que o propuseram, com a tomada de consciência do chamado Terceiro Mundo e do processo de descolonização na nova ordem mundial, isto é, com a necessidade de melhor conhecer os problemas específicos das populações e dos países emergentes.

II. A Contribuição Latino-Americana

Os primeiros trabalhos que merecem registro seguem uma linha clássica nos estudos de história de vida iniciados por Paul Radin, e que se impuseram sem maiores dificuldades no campo das pesquisas antropológicas sobre culturas "primitivas". Nesta área, onde os trabalhos foram abundantes, contínuos e profícuos, incluiu-se o estudo de Alfred Métraux (1942) sobre um messias quechua, e bem mais tarde a autobiografia de um índio guatemalteco, produzida por Biesanz e Ordoñez (1958). Incluiu-se ainda a

autobiografia etnográfica de um *cimarron* de 105 anos de idade, baseada em entrevistas com um ex-escravo fugido chamado Estéban (Barnet, 1966). Dada a influência da cultura pré-colombiana, não é de surpreender que a tradição inaugurada por Radin tenha permanecido (Magrassi, Roca, 1980).

Foi ainda no campo da antropologia que se realizaram, na América Latina, alguns estudos que revelam mudanças de ênfase tanto teóricas como temáticas. De fato, o método passa a ser utilizado para reconstituir a vida e as experiências de indivíduos pertencentes à classe trabalhadora (Mintz, 1960) ou aos *urban poor* (Lewis, 1961), como resposta aos novos dilemas do pós-guerra.

Abrindo o caminho para a mudança dos objetos antropológicos, o norte-americano Sidney Mintz foi, provavelmente, o primeiro a aplicar o método a um proletário rural — o porto-riquenho Taso Zayas. Este *Worker in the Cane* pertence a uma comunidade submetida ao processo de "modernização" pós-45. Ele é típico, mas não é "típico" de modo algum.² É a partir do singular que Mintz aborda o eterno problema das relações entre o indivíduo e a cultura, entre experiência pessoal e mudança social. Desvendando o conteúdo universal de um caso específico, *Worker in the Cane* figura, portanto, como um marco nos trabalhos de história de vida.

Há uma significação similar no clássico trabalho de Oscar Lewis, *The Children of Sanchez* (1961), que apresenta a diversidade das experiências de vida nas classes baixas da Cidade do México, através de cinco membros de uma mesma família. Tanto no livro de Mintz como no de Lewis, as narrativas dos informantes foram editadas e adaptadas para publicação, com a diferença de que Mintz inclui suas próprias perguntas, comentários e interpretações no livro, enquanto Lewis as eliminou. Ambos, entretanto, defendem a importância de publicar seus estudos de caso como forma de melhor entender, através dos indivíduos, suas respectivas culturas.

No caso específico de Lewis, ele utilizou seus estudos para explicitar uma proposta teórica já elaborada — a "cultura da pobreza" — e que se tornou um importante ponto de crítica e debate nos anos seguintes. De fato, o trabalho de Lewis provocou grande controvérsia em todos os países onde ele realizou pesquisas — Porto Rico, México e Cuba. Mas sua influência pode ser sentida tanto dentro como fora da América Latina, levando à conversão de convictos "positivistas" a uma nova perspectiva meto-

dológica (Bertaux, 1981). Lewis aproveita ainda a introdução de seu livro para, de certa forma, enunciar suas preocupações políticas com o futuro do mundo subdesenvolvido, especialmente a América Latina.⁵

A mudança no enfoque antropológico também ocorreu no Brasil, nos estudos sobre comunidades desenvolvidas a partir de 1948. Quinze monografias foram publicadas até 1960, a maioria utilizando técnicas etnológicas tradicionais; quatro delas, entretanto, utilizaram histórias de vida (Guidi, 1962).

No início dos anos 50, o Brasil foi campo de uma das mais férteis experiências de pesquisa patrocinadas por organismos internacionais o que parece ser a origem da formação de um núcleo seletivo de intelectuais paulistas, aglutinados em torno do sociólogo Florestan Fernandes. No início da década a revista *Anhembi*⁶ decide patrocinar uma pesquisa sobre negros no Brasil, coordenada por Roger Bastide, com a participação de seu antigo aluno, Florestan Fernandes.⁵

Por outro lado, a emergência da questão da descolonização africana e asiática propicia à recém-criada Unesco investigar o tema das relações raciais no Brasil, inspirada nas afirmações de Donald Pierson, então em moda, de que o Brasil seria um exemplo feliz de "democracia" racial. Por esta razão, o antropólogo Alfred Métraux, chefe do Departamento de Relações Raciais da Unesco, une-se ao grupo Anhembi para elaborar o projeto Anhembi-Unesco. Os resultados desta pesquisa apontam as origens, manifestações e efeitos do preconceito de cor no Brasil, em uma obra que se tornou clássica (Unesco-Anhembi, 1955) e que gerou outras, igualmente importantes, sobre o mesmo tema (Cardoso, 1962; Ianni, 1962; Fernandes, 1965).

O trabalho, fortemente apoiado em métodos de tipo qualitativo, utiliza o método ecológico (seleção de bairros ou zonas), questionários padronizados, entrevistas ocasionais (instantâneos do cotidiano), entrevistas abertas, de livre narrativa e o método de história de vida. Nele ficam definidos alguns princípios que guiarão aquela geração de pesquisadores: "As estatísticas apenas poderão propiciar um quadro geral e muito tosco da verdadeira situação das relações entre brancos e negros" (...) pois o "método operativo fundamental será a observação direta, conduzida sob a forma de estudos de situações histórico-sociais e de pequenos inquéritos" (Bastide, Fernandes, 1959: 354-56).

Neste mesmo período, como subproduto da pesquisa foram produzidos vários textos metodológicos orientados para a reflexão sobre o

método de história de vida (Nogueira, 1952; Bastide, 1953; Queiroz, 1953; Moreira, 1953; Fernandes e Gattás, 1956). E se, de fato, a utilização específica do método não teve continuidade nos anos posteriores, permaneceu como saldo positivo a posição crítica da sociologia paulista (e brasileira) e sua acentuada preferência pela dimensão histórica e pela abordagem qualitativo-interpretativa, inclusive nos estudos quantitativos.

Todavia, foi de fato no México que o método adquiriu importância estratégica. Em 1959, antes mesmo da publicação do livro de Lewis, criou-se no Museu Nacional de Antropologia um arquivo sonoro, que realizava entrevistas com a elite que participou da Revolução Mexicana. Em 1972 o núcleo se transformou em programa de história oral, e em 1976 o arquivo sonoro é transformado em *Archivo de la Palabra*, com status de departamento (Alonso, 1982). Sob a coordenação de Eugênia Meyer recolhem-se os testemunhos dos *villistas* e *zapattistas*, que permitirão enriquecer os estudos sobre a Revolução Mexicana, através da participação popular (Villa, 1982).⁶

É ainda no México que os pesquisadores James e Edna Wilkie (1969) propõem a seleção de sete perfis a partir de narrativas autobiográficas de "un político y hacendista, un agrarista, un fundador del Partido Acción Nacional (PAN), un teórico y militante marxista, un católico militante, un ex-presidente de México y un economista e historiador", para reconstituir, através de diferentes ideologias e filiações políticas, a história mexicana deste século (Wilkie, 1969: 4). A experiência com elites latino-americanas induziu o próprio Wilkie a propor uma teoria do *elitelore* (Wilkie, 1974), que ele aplicou recentemente para discutir o papel histórico de Eva Perón, além de suas motivações pessoais e influências (Wilkie, Menell-Kinberg, 1981).

Foi no México, mais exatamente em Monterrey — importante centro industrial — que os pesquisadores argentinos Jorge Balán e Elizabeth Jelín, juntamente com Harley Browning, realizaram um *survey* de 1.640 entrevistas sobre a mobilidade social e geográfica, suas origens e efeitos sobre uma sociedade em desenvolvimento. O trabalho trata de inserir Monterrey no quadro de reflexões mais amplas sobre modelos (e estereótipos) de desenvolvimento, à luz de evidências e propostas fornecidas a partir de diferentes países (Balán, Browning, Jelín, 1973a, 1973b). A pesquisa utiliza um questionário padronizado, que inclui perguntas de história de vida referentes à emigração, educação,

formação da família, saúde e emprego. Considerando o caráter inovador desta combinação, foi necessário, segundo os autores, "inventar uma técnica que transfiriera em forma más eficiente las historias de vida de las cédulas de entrevista a la cinta de la computadora". Dessa forma foi possível conciliar os enfoques micro e macrosociológico e estudar o desenvolvimento econômico do ponto de vista do sujeito, da estratificação social e das classes (Balán, Browning, Jelín, 1973).

Num estudo mais recente sobre o trabalho feminino, Jelín tratou exclusivamente com histórias de vida, examinando o trabalho feminino a partir de um ciclo temporal, durante o qual as pesquisadoras seguiram, passo a passo, num extenso período de tempo, a evolução dos acontecimentos diários que marcam e redefinem a vida familiar (Jelín, Feijó, 1980).

A pesquisa de Monterrey serviu de modelo para um projeto — o projeto Salvador — realizado no Brasil entre 1971 e 1972 pela equipe do Cebrap, sob a coordenação de Fernando Henrique Cardoso. Elizabeth Jelín participou da elaboração do projeto de *survey* e de sua codificação. Tal como em Monterrey, esta experiência utilizou o modelo de "história de vida computacional" (Prandi, 1972).

Em 1976 Roderic Ai Camp publicou uma série de dados biográficos sobre as elites políticas mexicanas. Obtidas a partir de entrevistas pessoais, cartas e outros tipos de fonte, 12 diferentes categorias de informação foram cobertas: desde origens familiares, contextos regional e cultural até carreiras políticas (posições eletivas, funções nos partidos políticos, no governo e em *lobbies*) e rede de relações sociais. Este esforço biográfico resultou num artigo do próprio Ai Camp (1974) e forneceu alguns elementos que seriam utilizados por Peter Smith. De fato, processando no computador dados biográficos de mais de seis mil membros das elites políticas mexicanas, Peter Smith estabelece em *Labyrinths of Power* as condições de recrutamento, acesso e exercício do poder para todos aqueles que ocuparam posições-chave em três diferentes momentos históricos: porfiriato, revolução e pós-revolução (Smith, 1979). Aqui também pode-se falar de um modelo de "história de vida computacional".

No Peru, Matos Mar desenvolve duas pesquisas importantes, seja pelo tema ou pelos procedimentos metodológicos utilizados. No contexto de um projeto de tipo antropológico que estuda as transformações radicais na propriedade e nas relações de trabalho no vale de Chancay, o Instituto de Estudos Peruanos publicou

uma narrativa biográfica em que se fixam, através da história de vida de um velho *yanacón*,⁷ os valores e costumes de uma cultura em processo de desaparecimento. *Erasmo* é um exemplo significativo de como "la situación estructural de un grupo social se refleja en un destino individual" (Mar e Carbajal, 1974: 14); por seu intermédio recuperamos uma tradição rural cujos vestígios se perdem na vida de seus descendentes. Em um capítulo etnográfico os autores reconstituem um dia comum na vida da família Muñoz, organizada ao redor de seu chefe; finalmente, no epílogo eles apontam para a dispersão da unidade familiar camponesa, e cada um dos filhos segue seu destino.

Em *Barriadas de Lima* (Mar, 1977) o objeto se desloca para a problemática urbana. Matos Mar dirige, em 1956, um levantamento exaustivo das *barriadas* limenhas — 1.º Censo Geral das *Barriadas* — cujos dados cobrem 130 mil habitantes. Estes dados serão parcialmente publicados em 1968. Além dos dados clássicos de idade, sexo, ocupação, escolaridade etc., são incluídas e classificadas diferentes formas de organização do grupo doméstico, regime de habitação, motivação para a migração para as *barriadas* e participação nas formas associativas como elementos típicos desses conglomerados urbanos. Mas, são as 18 biografias selecionadas entre as 50 realizadas em 1956 que dão vida e organicidade a estes dados, permitindo avaliações sobre mecanismos de liderança, sempre associados à militância política e à experiência associativa; sobre a importância da mulher, sobre o dinamismo, a heterogeneidade e a instabilidade — social, cultural, geracional — das *barriadas* de Lima, "tal es la realidad que estas biografias nos ofrecen" (Mar, 1977: 168).

Não obstante, Buenos Aires será o mais importante centro de irradiação do método enquanto método, ao publicar o livro de referência de Jorge Balán, *Historias de Vida en las Ciencias Sociales* (1974), onde coexistem textos já clássicos, como o de Angell, com os mais recentes, como os de Becker, Marsal e Langness. Outros, ainda, se voltam para estudos concretos realizados na Argentina, Bolívia e México. A experiência de Monterrey frutificou, portanto, através de Jorge Balán, numa espécie de carta de princípios em defesa do método, exposta na apresentação do livro (Balán, 1974). A Argentina prossegue na linha dos manuais, introduções metodológicas, apresentando uma recompilação exaustiva e didática dos principais trabalhos de história de vida (Magrassi e Roca, 1980). É ainda na Argentina que se realiza o interessante experimento metodológico de Juan Marsal,

Hacer la América, que consistiu em auxiliar a construção da autobiografia de um imigrante espanhol com a ajuda de um pesquisador e de todos os instrumentos de controle disponíveis para checar sua acurácia.

Uma vertente importante de trabalho que se fortaleceu ultimamente foi a de criar bancos de dados constituídos de testemunhos gravados, isto é, núcleos de história oral que hoje se disseminam pelo continente. Em geral, tais núcleos não se preocupam especialmente com histórias de vida, concentrando-se mais em temas do que em atores. Entretanto, pela própria natureza da fonte, esses núcleos sempre recolhem informações biográficas relevantes, em alguns casos mais do que em outros.

O *Archivo de la Palabra*, já mencionado, além de realizar entrevistas sobre a Revolução Mexicana, desenvolveu, também outros programas sobre cinema, medicina, refugiados da guerra civil espanhola e educação (Alonso, 1982). Outro núcleo importante de entrevistas se encontra no Instituto Torquato di Tella, em Buenos Aires. Num projeto realizado entre 1971 e 1972 entrevistaram-se políticos, intelectuais, militares e funcionários públicos da década de 1930, além de um importante grupo de líderes operários do período peronista.

O Programa de História Oral do CPDOC da Fundação Getúlio Vargas iniciou, em 1975, uma série ininterrupta de entrevistas com líderes políticos brasileiros desde 1930 aos nossos dias. Neste contexto, a técnica de história oral funcionou como o suporte formal para armazenar testemunhos históricos, reconstituindo-se exaustivamente trajetórias políticas através do método de história de vida (Camargo, 1981).

Diálogo com Cordeiro de Farias (Camargo, Góes, 1981) e *Minhas memórias provisórias* (Magalhães, 1982) são frutos deste trabalho, baseado nos relatos biográficos de dois *key actors* — informantes e testemunhas privilegiados —, líderes militares importantes que exerceram durante cinco décadas as mais destacadas funções políticas. Na edição conservou-se a estrutura primitiva de perguntas e respostas que deu alma ao relato, de maneira a tornar explícita a fluidez do diálogo na reconstituição dos acontecimentos e na reflexão sobre o período. Com essas obras se definiu uma linha de trabalho que se situa entre a autobiografia e a biografia e que deverá continuar com outros depoimentos de igual importância, de forma a constituir um painel integrado da elite e da cultura brasileiras.

O banco de dados do Programa de História Oral do CPDOC tem sido utilizado para produ-

zir inúmeras pesquisas, algumas delas fortemente apoiadas em informação biográfica de histórias de vida (Forjaz, 1982). Ligado diretamente à história oral iniciou-se um trabalho sobre as elites paraibanas, segundo um procedimento metodológico que consistiu em elaborar hipóteses de trabalho a partir de entrevistas abertas de história de vida (com o auxílio de todas as fontes disponíveis), para em seguida testá-las através de questionários padronizados com cem atores, que forneceram dados biográficos importantes para explicar divisões no processo que conduziu à Revolução de 1930. A classificação desses atores em seis grupos principais, detectados a partir de dados fornecidos por suas biografias, está sendo confrontada (e ilustrada) com os modelos de discurso obtidos através das entrevistas (Raposo, 1982).

O CPDOC colaborou também em um importante projeto de documentação e pesquisa dirigido por Simon Schwartzman aplicando história oral e histórias de vida. Mais de 70 depoimentos de ilustres cientistas brasileiros de diferentes disciplinas foram utilizados como base de apoio para o estudo da formação da comunidade científica no Brasil. Além de seu valor intrínseco, as entrevistas forneceram pistas relevantes que ajudaram a avaliar e ordenar as demais fontes de consulta disponíveis (Schwartzman, 1979).

Com o objetivo de documentar não apenas o padrão do exílio brasileiro, mas também as mudanças nas visões de mundo provocadas pela emigração política (Cavalcanti e Ramos, 1976), um grupo de intelectuais brasileiros no exílio desenvolveu o projeto *Memórias do exílio*. Neste caso, os próprios pesquisadores eram parte de seu "objeto" de estudo.

Memórias do exílio foi um projeto de documentação com preocupações de pesquisa. Seus dois volumes publicados constituem o primeiro registro compreensivo das posições intelectuais e modos de vida de segmentos da esquerda brasileira nos anos 60 e 70. A diversidade dos testemunhos apresenta uma variedade de perspectivas da experiência do exílio, além de abrir a possibilidade da análise de problemas particulares — como movimentação espacial e mudanças ideológicas — através de histórias de vida (Rocha Lima, 1980, 1982). Em sua primeira fase, entretanto, o projeto concentrou-se mais em temas, organizando os *human documents* e os esboços de histórias de vida em torno do período anterior e posterior à profunda ruptura representada pelo momento do exílio. No estágio seguinte foram gravadas histórias de vida, resultando numa múltipla autobiografia de mulheres exiladas.

No Brasil devemos ainda fazer uma menção especial à reflexão de Ecléa Bosi (1979) em um ensaio singular inspirado em Halbwachs, sobre a memória dos velhos, ilustrado com oito histórias de vida. As recordações sobre a família, o espaço urbano, os fatos marcantes da biografia e, principalmente, o trabalho aparecem tal como o viveram os setores populares de São Paulo. Este estudo levou Maria Isaura Pereira de Queiroz, antiga defensora do método, a retomar uma linha similar de trabalho (São Paulo, 1982), que o Centro de Estudos Rurais e Urbanos - CERU da USP vem desenvolvendo com ênfase. De outro lado, Eunice Durham, também da USP, publicou em 1968, com Hinaldo Becker, longo comentário sobre entrevista realizada em 1965 com um imigrante nordestino, José Tantão Siqueira da Costa.

Recentemente, o número de trabalhos acadêmicos utilizando o método, pelo menos no Brasil, multiplicou-se de maneira surpreendente. Na verdade, é necessário assinalar que, na maioria dos casos, não existe uma utilização deliberada e consciente, nem uma reflexão sistemática sobre sua *virtualidade* e limites. Muitas vezes o que poderíamos considerar aplicação do método se resume à utilização de entrevistas com pessoas vinculadas ao tema. Nestes casos, não é a biografia o suporte da pesquisa. O ator é apenas o informante de determinadas práticas que se desenvolvem no presente momento, e os vínculos com o passado, apenas ocasionais ou ilustrativos. Esta seria uma forma generosa de beneficiar o leitor com o que Oscar Lewis denominou "a satisfação e a compreensão emocional que o antropólogo experimenta ao trabalhar diretamente com seus personagens, mas que apenas raras vezes aparecem transmitidas no jargão formal das monografias antropológicas" (Lewis, 1970: XI).

Neste e em outros casos, o recurso constante à experiência vivida tem sido benéfico, levando o pesquisador a um contato personalizado com o universo que ele estuda. Na área da pesquisa histórica, entrevistas com testemunhas e participantes têm sido frequentemente utilizadas, como meio de preencher lacunas que derivam de uma escassa documentação disponível.

No plano autobiográfico, verificou-se, especialmente no Brasil, uma surpreendente proliferação de memórias, sobretudo entre personagens históricos e atores políticos, desmentindo uma antiga constatação de Wilkie de que os políticos latino-americanos não falam nem escrevem sobre si mesmos (Wilkie, 1974). Esta proliferação tem a ver com a inibição da atividade política institucional, durante quase duas

décadas, dificultando a livre circulação da informação, e, por conseguinte, transformando alguns atores estratégicos em depositários de informações sobre o período em que atuaram e viveram.

Por esta mesma razão, imperam no continente relatos jornalísticos ou de tipo militante, sem maiores preocupações acadêmicas e que têm sido importantes como fonte de consulta. Entrevistas com políticos, mulheres, ativistas políticos, estudos sobre bairros populares, trazem mais uma vez à tona as ricas colorações da experiência vivida (Viezzler, 1978; Coutinho, 1955; São Bernardo, 1981; Moraes & Viana, 1982; Grupo Ceres, 1981; Caso, 1973).

Isto não impede que na área estritamente acadêmica sejam abundantes os trabalhos e diversificadas as linhas de investigação. Aí se destacam, por exemplo, os estudos sobre família em Buenos Aires, no México e no Rio de Janeiro (Jelin, 1980; Lomnitz e Lisaur, 1978; Salem, 1980). Identificamos ainda análises sobre grupos desviantes, como homossexuais (Guimarães, 1977), mendigos (Stoffels, 1977), criminosos (Ramalho, 1979) e consumidores de drogas (Velho, 1975); estudos importantes sobre o campesinato (Lopes, 1976; Garcia Junior, 1975; D'Incao, 1979), medicina popular (Loyola, 1982), velhos (Bosi, 1979), operários de diferentes setores, desde a construção civil (Ribeiro, 1980; Coutinho, 1980), fábricas chilenas (Winn, 1979) até a indústria automobilística (Rainho, 1980). Há ainda trabalhos sobre favelas e periferia urbana (Kowarick, 1980; Perlman, 1977; Matos Mar, 1977; Durham, 1982), intelectuais e políticos (Miceli, 1977-81).

III. Alguns Modelos de Análise

Considerando a enorme diversidade de utilizações da história de vida, podemos inseri-las em termos de modelos de análise em um contínuo, em que um dos extremos é a autobiografia, isto é, a narrativa de um indivíduo sem interferências externas, e o outro as análises estruturais baseadas na experiência de uma infinidade de autores que se dissolvem na rede de relações sociais esclarecidas por suas vidas. No primeiro caso se preserva o máximo de identidade e individualidade, e as estruturas se deduzem a partir de um exemplo concreto. No último, os atores se reduzem a estruturas. Em posições intermediárias é possível identificar diversos níveis de interferência do pesquisador no curso do ator e diversos níveis de autonomia ou de controle de um sobre o outro.

a) *autobiografia* — neste caso o ator fala por si mesmo, e na maior parte dos casos assume publicamente sua própria história, que pela importância do personagem desperta o interesse público. Este é o caso dos inúmeros líderes políticos que prestam contas de seus atos perante a História, ou mais recentemente o dos grandes nomes do *show-business*. É muito comum que se subestime a importância sociológica de tais documentos, sob o argumento de que são parciais, promocionais ou mentirosos. A mesma coisa, aliás, ocorre com a biografia — poucos são os que a levam a sério (Edinger, 1964) — que se encontra ainda bastante impregnada dos vícios de uma historiografia tradicional e ultrapassada. Uma tentativa de discutir, não tanto biografias mas trajetórias, foi realizada por Aspásia Camargo (1979) sobre Vargas.

É importante ressaltar a relevância extrema da autobiografia no continente latino-americano, onde as sociedades são ainda pouco integradas, isto é, possuem escassa informação disponível, diversidade social extrema e historiografia incipiente. Nestes casos, a autobiografia, de fabricação espontânea, preenche um vazio intratransponível.

Neste particular, cabe uma anotação importante: ainda que na maioria dos casos este tipo de material se revele incompleto e ambíguo, de conteúdo impreciso, existem alguns exemplos notáveis que merecem registro. No Brasil, a prodigiosa reconstituição de Afonso Arinos de Melo Franco (1961-79) em cinco volumes reapresenta, através da vida de um dos mais destacados intelectuais e homens públicos, um quadro exaustivo da aristocracia agrária, da elite política e intelectual, das lides políticas, dos hábitos e da cultura brasileira em processo (Camargo, 1982). Na mesma dimensão estariam as memórias de outro mineiro, Pedro Nava (1972-82), médico conceituado e intelectual, que pinta com talento e precisão de detalhes um quadro completo de personagens típicos e do cotidiano brasileiro. Na Argentina, as memórias de Victória Ocampo (1979) desempenham provavelmente um papel histórico comparável.

Nos casos excepcionais que citamos acima, onde predomina a inspiração literária, poderíamos até lamentar a interferência externa do historiador ou do sociólogo, na medida em que talvez se perdesse no diálogo oral a riqueza voluntária do escrito.

Como exemplo original de autobiografia, tanto pela origem do ator — um imigrante espanhol — como pelo tratamento metodológico que recebeu, devemos mencionar *Hacer la América*, de Juan Marsal (1979), depoimento enco-

mentado que foi submetido a numerosas operações de controle, tais como entrevistas antes e depois de haver sido escrito, conferência de fidelidade, bem como a utilização de diferentes tipos de dados. Tudo indica que este trabalho parece haver sido o exemplo bem sucedido da intervenção do pesquisador sobre o relato autônomo, mas não espontâneo, do entrevistado.

De caráter mais tradicional, mas não menos importante, é a autobiografia do líder camponês e destacado membro do Partido Comunista Brasileiro, Gregório Bezerra. Além de descrever suas atividades políticas, Bezerra apresenta no primeiro volume o testemunho realista e pungente sobre as condições de vida do camponês brasileiro — a vida familiar, as privações, a luta pela sobrevivência — e em seu caso o processo de politização e comprometimento político que o levaram à militância e à clandestinidade. Descobrimos cinco décadas de história, o relato preserva, sobretudo em sua primeira parte, a emoção e a riqueza da experiência vivida (Bezerra, 1979).

b) *entrevistas biográficas* — designamos como entrevistas biográficas aquelas que são realizadas com a participação do pesquisador, que interfere como tal na composição e estrutura do relato. De outro lado, estas entrevistas se concentram em geral em um único ator, considerado de antemão digno de estudo, e que passa a ser objeto de indagação teórica enquanto unidade totalizante de pesquisa, e não em função de um tema específico, previamente determinado. No melhor dos casos, tais entrevistas são inseridas em um universo já intensamente estudado, e o ator aparece para revelar em sua totalidade aspectos integrados de uma estrutura social que o pesquisador já conhece. Este é o caso das entrevistas de Mintz e de Lewis — estas feitas com vários membros de uma mesma família. Em ambos os exemplos, intensos estudos de campo haviam sido realizados, nos quais os entrevistados tinham exercido um papel ativo. O depoimento funciona, pois, como desdobramento natural e enriquecedor da própria pesquisa. Este foi também o caso das entrevistas realizadas pelo CPDOC com Cordeiro de Farias e Juracy Magalhães, como parte de uma pesquisa bem mais extensa. Dada a expressividade destes depoimentos — que se compõem com outros, ainda inéditos — cada um adquiriu também expressão autônoma.

Em inúmeros casos, utilizando conceitos não muito definidos de representatividade, alguns pesquisadores (ou jornalistas) se dedicaram à tarefa de selecionar um conjunto de atores

individuais, para deixá-los falar livremente sobre suas vidas ou sobre temas importantes de suas vidas. James Wilkie escolheu diferentes tipos de atores políticos para retratar o México que emergiu da Revolução Mexicana. Lewis, como já vimos, escolheu os membros de uma mesma família. Os exilados, os subversivos, as mulheres e ainda os políticos foram também examinados.

Em todos esses exemplos, portanto, fica claro que os autores (ou pesquisadores) não se dedicam a fundo a interpretar as informações obtidas. Seu papel crucial parece ser mais o de selecionar e ordenar que o de analisar e interpretar, pois domina a impressão — talvez incorreta — de que o ator fala por si mesmo e qualquer tentativa de interpretação seria inútil.

c) *histórias de vida como fonte complementar de pesquisa* — os depoimentos de história de vida nem sempre aparecem como fins em si mesmos. Trabalhos acadêmicos utilizam narrativas biográficas como apêndices ilustrativos ou como um meio entre tantos de recolher dados e descobrir pistas relevantes para a pesquisa. Como exemplo de relatos ilustrativos poderíamos referir-nos a estudos sobre populações das favelas levados a cabo por Lúcio Kowarick em São Paulo (1980) e Janice Perlman no Rio (1977). Este mesmo recurso foi empregado para o censo elaborado por Matos Mar (1977), ao analisar exaustivamente as *barriadas* de Lima, e também por Ramos e Magnani (1980) em seu trabalho sobre enfermidade e cura na religião umbandista.

Optando por uma orientação metodológica paralela, desenvolveram-se importantes estudos no Museu Nacional do Rio de Janeiro, a partir do início dos anos 70, envolvendo trabalhos sobre grupos desviantes (Velho, 1975; Guimarães, 1977), comunidades pesqueiras (Duarte, 1978) e especialmente o campesinato e operários da cana-de-açúcar do Nordeste. Nestes estudos de abordagem qualitativa (entrevistas abertas e observação participante) foram utilizadas algumas histórias de vida. Lígia Sigaud (1979) serviu-se desses testemunhos para elucidar questões que não haviam obtido resposta satisfatória nas entrevistas temáticas anteriores. O princípio dominante foi definido no primeiro trabalho de campo produzido sobre representações e ideologia dos camponeses da Zona da Mata — sul de Pernambuco (Sigaud, 1979). Sugerindo que não seria necessário esgotar quantitativamente seu universo de pesquisa, Sigaud alude a que "cada trabalhador é um informante potencial, pois adotamos a perspectiva teórica que nos permitiu supor que a eleição do informante não de-

pendia de uma amostra, e que cada trabalhador poderia ser considerado o suporte da ideologia de sua classe" (Sigaud, 1979: 23). A seguir, García Júnior (1975) e Lopes (1976) focalizaram o pequeno produtor autônomo e o operário da cana, servindo-se de testemunhos pessoais e aplicando um modelo marxista de investigação.

d) *histórias de vida como suporte da pesquisa* — esta seria a última instância do contínuo que propusemos como critério de classificação dos trabalhos que empregam histórias de vida. Neste caso o método não funciona como fonte complementar de dados, mas como suporte principal que revela a rede de relações sociais. As experiências humanas são descritas em sua dimensão temporal e permitem alcançar os mecanismos de funcionamento da estrutura social que as contém. Isto é, em um momento decisivo da análise o discurso do ator — com sua individualidade e especificidade — é decomposto, reagrupado e interpretado, e pode ainda diluir-se na trama social que integra o conjunto de atores. Muitas vezes esses discursos são interpretados segundo a posição funcional ou de classe que cada ator ocupa no interior da estrutura social. Como exemplo, tomemos o estudo de Larissa Lomnitz (1978) sobre as cinco gerações da família Gomez no México, com formas definidas de reciprocidade, de transmissão de autoridade e de distribuição de papéis. O trabalho feminino é também focalizado em um ciclo temporal que não apenas recupera o passado, mas se projeta no futuro: os pesquisadores seguem *pari passu* por um largo período os fatos que marcam a vida familiar e a redefinem (Jelín, Feijó, 1980). Os papéis no interior da família nuclear foram igualmente analisados a partir de histórias de vida (Salem, 1980). Suzana Pravaz (1981) apresenta, por sua vez, um trabalho utilizando histórias de vida com dados comparados sobre o Brasil, a Argentina e o Peru. Em cada país parece predominar um modelo cultural feminino que coincide com os mitos de Afrodite, Páris Atena e Hera, respectivamente.

No Brasil, merecem menção dois trabalhos de inspiração teórica comum, ainda que os temas sejam diversos. Um deles trata do campo hierarquizado da medicina e das práticas religiosas que determinam a oferta dos serviços de saúde em uma cidade da periferia do Grande Rio (Loyola, 1982). O outro trata do campo intelectual e suas ligações subalternas com as classes dirigentes (Miceli, 1979). Em ambos os trabalhos a origem e a composição de classe

constituem o elemento explicativo da função social que desempenha cada um desses agentes. Como conceito fundamental aparece a noção de "campo", tributária de Pierre Bourdieu. Utilizando biografias, Miceli desenvolveu também um estudo sobre líderes partidários, chegando a interessantes conclusões sociológicas sobre suas diferentes origens e posições de classe (1981).

Alguns trabalhos em curso utilizam histórias de vida para captar a lógica e as características sócio-culturais das migrações internas do Nordeste para São Paulo (Gervaiseau, 1982) e seu objetivo é esclarecer pontos obscuros nos estudos usuais sobre migração e mobilidade. Da mesma forma, foram investigados os homossexuais - suas representações, origens e práticas (Guimarães, 1977) - e também os mendigos da cidade de São Paulo (Stoffels, 1977). Estes trabalhos utilizaram o método da observação participante readaptado à diversidade e à dispersão que caracterizam o universo urbano.

IV. Conclusão

Falar em métodos de história de vida cobre procedimentos e abordagens os mais diversos, que dificultam qualquer esforço para classificar de maneira exata os trabalhos realizados. A primeira dificuldade é, portanto, optar por uma definição mais precisa do que seja *história de vida*, segundo critérios que não sejam demasiado abrangentes nem excessivamente restritivos. Parece fundamental, ao final deste trabalho, estabelecer uma diferença entre as entrevistas de história de vida e as entrevistas *tout court*. Ficou também evidente a diferença entre a entrevista e o que se definiu mais amplamente como *human documents*.

Uma entrevista de tipo aberto tende a coletar dados utilizando a experiência dos atores especialmente comprometidos com o objeto de estudo, mas se define como *história de vida* na medida em que utiliza a experiência do ator de maneira *longitudinal*, buscando encontrar padrões universais de relações humanas e percepções individuais, além de interpretações sobre a origem e funcionamento dos fenômenos sociais, através das articulações temporais fornecidas pelas entrevistas. Assim, obter sucessivos fatos sobre o sujeito (ou sujeitos) e suas experiências é fundamental para a compreensão não apenas do ator social em si mesmo, mas também das unidades ou processos sociais que são mais amplos do que os indivíduos. De outro lado, a denominação *human documents* parece ser muito heterogênea e abrangente, e para nossos fins,

imprecisa, pois inclui uma diversidade de documentos, mas não necessariamente a entrevista de história de vida, tal como a definimos acima. Outra dificuldade básica reside no fato de que o termo *história de vida* não quer dizer a mesma coisa para antropólogos, sociólogos, historiadores ou jornalistas, ainda que todos eles a tenham utilizado, com maior ou menor êxito, segundo suas conveniências específicas.

Em princípio, parece que a utilização de histórias de vida está mais incorporada à prática antropológica que aos demais campos, e de tal forma que muitas vezes o método é empregado tão automaticamente que mal aparece uma menção específica mais precisa. Assim, é muito comum que no trabalho de campo as histórias de vida sejam utilizadas de forma complementar, integradas à observação participante, para dar maior consistência às demais entrevistas. Dada a familiaridade do antropólogo com o conceito de estrutura, para ele não constitui problema registrar histórias de vida como meio de recuperá-la, segundo a proposta feita por Daniel Bertaux (1981) em trabalho recente.

Se na Antropologia a afinidade com as histórias de vida se realiza através do conceito de *estrutura* (e de cultura), na História o fenômeno se verifica através da noção de *processo*. Histórias de vida sendo por definição cortes longitudinais na estrutura social, automaticamente permitem entender mudanças sociais e sucessões de episódios, especialmente a partir do momento em que a disciplina alargou seus objetivos passando a incluir neles fenômenos culturais mais amplos (etno-história, história das mentalidades) e não mais fatos e acontecimentos (Le Goff, 1974).

Em Sociologia o problema maior parece residir ainda na tentativa de conciliar técnicas quantitativas e qualitativas. Na América Latina, onde a tradição quantitativista jamais se implantou hegemonicamente, é curioso observar como as histórias de vida se adaptam bem a uma tradição mais especulativa e historicista, ainda que na maioria dos casos, como ocorreu na Antropologia, o método permaneça como uma ilustração ou complementação de dados obtidos por outros meios.

É certo que o relativo isolamento dos intelectuais latino-americanos em relação ao circuito internacional muitas vezes propiciou o desconhecimento do que se realizou na matéria. Mas é também verdade que histórias de vida foram utilizadas no continente com uma frequência surpreendente, que muitas vezes não corresponde a preocupações metodológicas explícitas. Na maioria dos casos dominou o pragmatismo,

muito comum na utilização de histórias de vida no meio acadêmico, no jornalismo e entre os próprios atores.

De outro lado, recebemos influências múltiplas (especialmente da tradição européia), que nos garantiram, como ponto positivo, uma pluralidade de propostas que asseguraram maior elasticidade na adaptação dos instrumentos teóricos e metodológicos à interpretação da realidade latino-americana. Além disso, não se deve subestimar a extensão e a originalidade do desafio que representam as profundas mudanças sociais que se processaram no continente nas últimas décadas. Funcionamos, de fato, como um laboratório. Ainda que inspirados em modelos de análise europeus e americanos — reflexões sobre teoria e método são contribuições universais que não se improvisam e que se cristalizam lentamente — houve também um lugar enorme para a inventividade crítica no estudo e interpretação do que se chamou "a realidade latino-americana". Essa inventividade veio em resposta a muitas tentativas de aplicar mecanicamente modelos de interpretação importados, como os que constatamos, por exemplo, em diferentes abordagens de teorias de modernização e desenvolvimento. Este foi o caso da importante contribuição da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) no debate sobre o modelo de desenvolvimento latino-americano do enfoque da dependência, da marginalização etc.

Em suma, histórias de vida parecem ser utilizadas com o mesmo ecletismo e desenvoltura com que se combinam e usam outras abordagens e métodos. Sua real utilidade se revela espontaneamente nos mais diversos estudos sem a preocupação de uma aplicação rigorosa e sistemática: a espontaneidade da utilização pode ser também prova de eficácia.

Cabe uma palavra final sobre a diversidade dos estudos realizados e sobre as distintas formas de utilização do método. A multiplicidade de temas, como ilustramos neste trabalho, é surpreendente. Estudos sobre desvio social, sobre inúmeros segmentos da classe trabalhadora e do campesinato, a marginalidade urbana, os intelectuais, a família, as mulheres, os exilados, os revolucionários, as elites políticas, religião e medicina popular.

Entretanto, é necessário não esquecer que as formas de utilização são diferentes. As histórias de vida podem concentrar-se em um ator ou em diversos atores, com níveis de rigor metodológico que vão desde os sedimentados estudos de

campo de Mintz e de Lewis até os úteis porém nem sempre exatos relatos jornalísticos. Nestes casos, os graus de interferência do pesquisador e do material complementar de apoio são os mais variáveis. Alguns se limitam a um simples relato, outros são selecionados, produzidos, ordenados, complementados com documentos ou interpretados. Há também os que utilizam histórias de vida apenas como ilustração de um elaborado trabalho de pesquisa. No passado, poucos trabalhos acadêmicos se apoiaram em histórias de vida como ferramenta principal de trabalho, mas atualmente a tendência visível é de consolidação do método.

Os graus de *envolvimento* do pesquisador e do ator variam muito. Há trabalhos que utilizam a observação participante; outros realizam longas entrevistas, abrangendo muitas dimensões ou concentrando-se em temas específicos. A maioria das pesquisas reduzem as histórias de vida a suas temáticas. Outras, mais abertas, as utilizam para formular hipóteses e colher informações básicas referentes à experiência vivida.

Há pesquisas de *survey* quantificando histórias de vida, tanto quanto entrevistas qualitativas e temáticas onde o recurso imprevisto à biografia se revela essencial para sistematizar evidências obtidas pelo material já levantado. Localizamos também algumas experiências importantes do ponto de vista documental e metodológico. Em um continente onde a diversidade, a origem das práticas sociais e sua temporalidade são pouco conhecidas, porque não há documentação disponível e as fontes estão ainda desorganizadas, o método de história de vida apresenta muitas vantagens, dando maior consistência e organicidade aos bancos de dados recém-criados.

Diferenças consideráveis podem ainda ser verificadas no que se refere ao *timing* na utilização de histórias de vida. Em geral, os que registram os atores em profundidade combinam a extensão temporal com uma diversidade de dimensões temáticas, apresentadas de forma totalizante. Os que se inclinam mais para a concentração em uma dimensão temática quase sempre especificam, reduzem o tempo e as informações provenientes da biografia. Mesmo nestes casos, o *timing* oscila: alguns trabalhos cobrem temporalmente parte de uma vida ou uma vida inteira; outros, duas ou três gerações, estudando, por exemplo, instituições científicas ou famílias.

A extrema diversidade temática, de *timing*, de número de atores e dimensões de análise nada tem de inconveniente; tampouco parece ser específica da América Latina. Esta heteroge-

neidade é talvez a prova da extrema virtualidade e riqueza do método: razão suficiente para que se inicie um esforço de sistematização e refle-

xão metodológica que poderá ser útil a outros pesquisadores e a seus trabalhos e reflexões futuras.

Notas

1. Agradecemos a colaboração de Elizabeth Jelín, do Cedes de Buenos Aires; José de Matos Mar, do Instituto de Estudos Peruanos de Lima; Gilberto Velho, do Museu Nacional do Rio de Janeiro; Sidney Mintz, da Universidade John Hopkins; Henri Gervaiseau, da Universidade de Campinas (Unicamp), e de Ruth Cardoso e Maria Isaura Pereira de Queiroz, ambas da Universidade de São Paulo (USP).

2. No prefácio da edição de 1974, Mintz diz que "this man, Taso Zayas, is neither a public figure, nor a famous man, nor prestigious nor distinguished. In fact, except for his very unusual intelligence, Taso might be described as quite average in nearly every way. But I tried to make clear when I first wrote the book that this emphatically does not mean that Taso is 'typical', representative of others, nor ordinary" (1974: IX). De fato, na introdução da mesma edição, Mintz repete o que já tinha escrito em 1960: "He is not an 'average' anything — neither an average man, nor an average Puerto Rican, nor an average Puerto Rican lower-class sugar cane worker. He has lived just one life and not at all of that. He doesn't think of himself as representative of anything, and he is right". Sidney Mintz, *Worker in the Cane, a Puerto Rican Life History*. New Haven (Conn.), Yale University Press, 1960: 11 and New York, Norton Library, 1974: IX, 11.

3. Lewis escreveu: "It is the poor who emerge as the true heroes of contemporary Mexico, for they are paying the cost of industrial progress of the nation (...) and unless ways are found to achieve a more equitable distribution of the

growing national wealth and a greater equality of sacrifice during the difficult period of industrialization we may expect social upheavals, sooner or later". Oscar Lewis, *The Children of Sanchez: Autobiography of a Mexican Family*, London, Penguin Books, 1970: XXXI. Lewis escreveu outras obras, como *La vida, Pedro Martinez* e *Living the Revolution*, sobre Cuba.

4. A revista *Anhembi* (1950-62), publicada em São Paulo sob a direção de Paulo Duarte, destacou-se na cultura brasileira dos anos 50, publicando artigos sobre Literatura, Sociologia, Antropologia e História, de autores nacionais e estrangeiros.

5. Participaram desta pesquisa alguns alunos brilhantes que pouco mais tarde iriam constituir a chamada sociologia paulista: Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queiroz, Renato Jardim Moreira, Maria Sílvia de Carvalho Franco, Ruth Correia Leite (Cardoso), Marialice Mencarini (Foracchi).

6. Em 1977, segundo os dados de seu catálogo, o *Archivo de la Palabra* contava com 223 entrevistas.

7. Ser *yanacón*, nas palavras de Erasmo Muñoz, "significa que la hacienda nos ha dado tierra y como arriendo tenemos que pagar un cantidade en algodón que es el 20% del algodón cosechado, y el resto del algodón que nos queda también tenemos que vendérselo a la hacienda al precio que ella fija". José de Matos Mar e Jorge A. Carbajal, *Erasmo Muñoz, Yanacón del Valle de Chancay*, Lima, Instituto de Estudios Peruanos, 1974.

Bibliografía

- Alonso, Marisol
1981. *Oral History in Mexico*. Ad hoc group on the uses of autobiographical narratives (life stories) for social research. Xth World Congress of Sociology, Mexico, august.
- Angell, Robert
1974. "El Uso de Documentos Personales en Sociología: una revisión Crítica de la Literatura, 1920-1940". In Jorge Balán (org.), *Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Balán, J.; Browning, H. L.; Jelin, E. e Litzler, L.
1969. "A Computadorized Approach to Processing and Analysis of Life Histories Obtained in Sample Surveys". *Behavioral Science*, v. 14, n. 2.
- Balán, J.; Browning, H. L. e Jelin, E.
1973a. *Migración, Estructura Ocupacional y Movilidad Social (el caso de Monterrey)*. Mexico, UNAN.
- Balán, J.; Browning, H. L. e Jelin, E.
1973b. *El Hombre en una Sociedad en Desarrollo: Movilidad Geografica en Monterrey*. Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Balán, J.; Browning, H. L.; Jelin, E. e Litzler, L.
1974. "El Uso de Historias Vitales en Encuestas y sus Análisis Mediante Computadoras". In Jorge Balán (org.), *Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Balán, J. e Jelin, E.
1980. "La Structure Sociale dans la Bibliographie Personelle". *Cahiers Internationaux de Sociologie*, V. LXIX.
- Barnet, Miguel
1976. *Biografía de un Cimarrón*. Buenos Aires, Centro Editor de America Latina.
- Bastide, Rogé
1953. "Introdução a Dois Estudos sobre a Técnica das Histórias de Vida". *Sociologia*, v. XV, n. 1, março.
- Bastide, Roger e Fernandes, Florestan
1959. *Branços e Negros em São Paulo*. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 2.^a Edição (revista e aumentada). Coleção Brasileira, n. 305.
- Becker, Howard S.
1974. "Historias de Vida en Sociología". In Jorge Balán (org.), *Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Beiker, Hinaldo e Durham, Eunice R.
1968. "A Vida Rural Tradicional; Comentário ao Depoimento de um Imigrante Nordestino". *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 3.
- Bertaux, Daniel
1981. *Introdução*, in Daniel Bertaux (ed.), *Biography and Society*. Beverly Hills, Sage.
- Bezerra, Gregório
1979. *Memórias*. 2 v., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

- Biesanz, J. J. e Ordoñez, M.
1958. "Autobiography of a Guatemalan Indian", *Men and Cultures*, Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- Boriszenko, Oksana Olga
1969. "A Imigração Ucraniana no Paraná". *Simpósio Nacional dos Professores de História*, n. 4. São Paulo, Imprensa da Universidade de São Paulo.
- Bosi, Ecléa
1979. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- Camargo, Aspásia
1978. "O Ator, o Pesquisador e a História: Impasses Metodológicos na Implantação do Cpdoc". In Edson Nunes (org.), *A Aventura Sociológica: Objetividade, Paixão, Improviso e Método na Pesquisa Social*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Camargo, Aspásia
1979. *Carisma e Personalidade Política. Vargas: da Conciliação ao Maquiavelismo*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV.
- Camargo, Aspásia
1981. "The Actor and the System: Trajectory of the Brazilian Elites". In Daniel Bertaux (ed.), *Biography and Society*. Beverly Hills, Sage.
- Camargo, Aspásia
1982. "Afonso Arinos: Alguns Momentos de sua Vida". *Afonso Arinos na UnB*. Brasília, Universidade de Brasília.
- Camargo, Aspásia
1982. *The Uses of Oral and Life History: Working with the Political Elite*. Ad hoc Group on the Uses of Autobiographical Narratives (life stories) for Social Research. Xth World Congress of Sociology. Mexico, agosto.
- Camargo, Aspásia e Góes, Walder de
1981. *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Cardoso, Fernando H.
1962. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. São Paulo, Difel.
- Carneiro, Glauco
1977/78. *Luzardo, o Último Caudilho*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Caso, Antônio
1973. *Los Subversivos*. Havana, Casa de las Americas.
- Cavalcanti, Pedro e Ramos, Jovelino
1976. *De Muitos Caminhos...* Memórias do Exílio, v. 1. Lisboa, Livraria Arcádia.
- Costa, Albertina; Marzola, Norma; Moraes, Teresa e Rocha Lima, Valentina da
1980. *Memórias das Mulheres do Exílio*. Memórias do Exílio, v. 2. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Coutinho, Lourival
1955. *O General Góes Depõe...* Rio de Janeiro, Coelho Branco.

- Coutinho, Ronaldo do Livramento
1980. *Operário da Construção Civil. Urbanização, Migração e Classe Operária no Brasil*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- D'Incao, Conceição
1979. *Os Bóias-Frias*. Petrópolis, Vozes.
- Duarte, Luís Fernando Dias
1978. *As Redes do Suor: a Reprodução Social dos Trabalhadores*. Tese de Mestrado em Antropologia, Museu Nacional, UFRJ.
- Durham, Eunice
1982. *A Cidade Vista da Periferia: o Contexto Cultural dos Movimentos Sociais Urbanos*. Seminário sobre Condições de Vida da Classe Operária, Museu Nacional.
- Edinger, Lewis
1964. "Political Science and Political Biography; Reflections on the Study of Leadership". *The Journal of Politics*, n. 26.
- Fagen, Patrícia W.
1975. *Transerrados y Ciudadanos: Españoles Republicanos en Mexico*. México, Fondo de Cultura Económica.
- Fernandes, Florestan e Gattás, Ramzja
1956. "A História de Vida na Investigação Sociológica: a Seleção dos Sujeitos e suas Implicações". *Sociologia*, v. XVIII, n. 2.
- Figueiredo, Argelina M. Cheibub
Coalizões Políticas no Brasil: 1960-64: Alternativas Democráticas à Crise Política. Tese de Ph.D. em Ciência Política, University of Chicago (em andamento).
- Forjaz, Maria Cecília Spina
1982. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 1930*. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo.
- Franco, Afonso Arinos de Melo
1961. *A Alma do Tempo* (memórias). Rio de Janeiro, José Olympio.
- Franco, Afonso Arinos de Melo
1965. *A Escalada* (memórias). Rio de Janeiro, José Olympio.
- Franco, Afonso Arinos de Melo
1968. *Planalto* (memórias). Rio de Janeiro, José Olympio.
- Franco, Afonso Arinos de Melo
1976. *Alto-Mar Maralto* (memórias). Rio de Janeiro, José Olympio.
- Franco, Afonso Arinos de Melo
1979. *Diário de Bolso Seguido de Retrato de Noiwa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Fundação Getúlio Vargas
1981. *Programa de História Oral*. Rio de Janeiro, Cpdoc-Setor de História Oral.
- Garcia Junior, Afrânio Raul
1975. *Terra de Trabalho*. Tese de Mestrado em Antropologia, Museu Nacional, UFRJ.

- Gervaiseau, Henri
1982. *Migrants du Nordeste à São Paulo: une Experimentation de l'Approche Biographique*. Ad Hoc Group on the Uses of Autobiographical narratives (life stories) for Social Research. Xth World Congress of Sociology, Mexico.
- Grupo CERES
1981. *Espelho de Vênus: Identidade Sexual e Social da Mulher*. São Paulo, Brasiliense.
- Guimarães, Carmen Dora
1977. *O Homossexual visto por "Entendidos"*. Tese de Mestrado em Antropologia, Museu Nacional, UFRJ.
- Guimarães, Dora
Um Discurso de Retorno: a Política Homossexual do Grupo Somos-RJ. Tese de Doutorado em Ciência Política, Universidade de São Paulo (em andamento).
- Hippolito, Lucia
1982. *Biografia e Política. A Ala Moça do PSD*. Rio de Janeiro, Cpdoc/FGV.
- Ianni, Octávio
1962. *As Metamorfoses do Escravo*. São Paulo, Difel.
- Jelin, Elizabeth
1974. "Secuencias Ocupacionales y Cambio Estructural: Histórias de Trabajadores por Cuenta Propia". In Jorge Balán (org.), *Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Jelin, Elizabeth
1976. "El Tiempo Biográfico y el Cambio Histórico: Reflexiones sobre el Uso de Historias de Vida a partir de la Experiencia de Monterrey". *Estudios Sociales*, n. 1. Buenos Aires, Cedes.
- Jelin, Elizabeth e Feijó, Maria del Carmen
1980. "Trabajo y Familia en el Ciclo de Vida Femenino. El Caso de los Sectores Populares de Buenos Aires". *Estudios Cedes*, v. 3, n. 8/9.
- Jesus, Carolina Maria de
1960. *Quarto de Despejo*. 5.ª Edição, São Paulo, Francisco Alves.
- Kowarick, Lucio
1980. *A Espoliação Urbana*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lacerda, Carlos
1978. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Langness, L. L.
1974. "Usos Potenciales de la Historia de Vida en Antropología". In Jorge Balán (org.), *Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Laraia, Roque de Barros
1967. "O Homem Marginal numa Sociedade Primitiva". *Revista do Instituto de Ciências Sociais*, v. 4, n. 1, Rio de Janeiro.
- Le Goff, Jacques
1974. "Les Mentalités: une Histoire Ambigüe". In *Faire de l'Histoire*, v. 3 – Nouveaux Objets, Jacques Le Goff e Pierre Nora (dir.). Paris, Gallimard.

- Lewis, Oscar
1961. *Antropología de la Pobreza. Cinco Familias*. Mexico, Fondo de Cultura Económica.
- Lewis, Oscar; Lewis, Ruth e Rigdon, Susan
1977-8. *Living the Revolution. An Oral History of Contemporary Cuba*. Urbana, Chicago, London, University of Illinois Press (3 volumes).
- Lewis, Oscar
1969. *La Vida*. Mexico, Mortiz.
- Lewis, Oscar
1970. *The Children of Sanchez: Autobiography of a Mexican Family*. London, Penguin Books.
- Lewis, Oscar
1964. *Pedro Martinez: a Mexican Peasant And his Family*. New York, Random House.
- Lima, Medeiros
1975. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a Luta pela Emancipação* (um depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a política de Vargas). Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lomnitz, Larissa A. e Lisaur, Marisol P.
1978. "The History of a Mexican Urban Family". *Journal of Family History*, v. 3, n. 4 (número especial: "The Family in Latin America").
- Lopes, José Sérgio Leite
1976. *O Vapor do Diabo. O Trabalho dos Operários do Açúcar*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Loyola, Maria Andréa
1982. "Cure des Corps et Cure des Âmes. Les Rapports entre les Médecines et les Religions das la Banlieue de Rio". *Actes de Recherche en Sciences Sociales*, n. 43.
- Magalhães, Juracy
1982. *Minhas Memórias Provisórias: Depoimentos Prestados ao Cpdoc*. Coordenação de Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo e Paulo César Farah. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- Magalinski, Jan
1980. *Deslocados de Guerra em Goiás: Imigrantes Poloneses em Itaberal*. Goiânia, Ed. da Universidade Federal de Goiás.
- Magrassi, Guillermo E.; Roca, Manuel M. e outros
1980. "La Historia de Vida". Buenos Aires, Centro Editor de America Latina.
- Mar, José de Matos
1977. *Las Barriadas de Lima, 1957*. 2.ª edição. Lima, Instituto de Estudios Peruanos.
- Mar, José de M. e Carbajal, Jorge A.
1974. *Erasmu Muñoz, Yanacón del Valle de Chancay*. Lima, Instituto de Estudios Peruanos.
- Marsal, Juan F.
1969. *Hacer la America: Autobiografía de un Inmigrante Español en la Argentina*. Buenos Aires, Ed. Instituto Torquato di Tella.
- Marsal, Juan F.
1974. "Historias de Vida y Ciencias Sociales". In Jorge Balán (org.), *Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.

- Métraux, Alfred
1942. "A Quechua Messiah in Eastern Peru". *American Anthropologist*, v. 44.
- Métraux, Alfred
1973. "Conversaciones con Kedoc y Pedro. Ciencias y Prácticas Religiosas Toba-Pilaga". *In Religión y Magías Indígenas de América del Sur*. Madrid, Aguillar.
- Miceli, Sérgio
1977. *Poder, Sexo e Letras na República Velha: Estudo Clínico dos Anatolianos*. São Paulo, Perspectiva.
- Miceli, Sérgio
1979. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.
- Miceli, Sérgio
1981. "Carne e Osso da Elite Política Brasileira Pós-1930". *In Boris Fausto (ed.), O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, v. 3 (História Geral da Civilização Brasileira).
- Mintz, Sidney
1960. *Worker in the Cané: a Puerto Rican Life History*. New Haven (Conn.), Yale University Press.
- Moraes, Dênis de e Viana, Francisco
1982. *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Petrópolis, Vozes.
- Moreira, Renato Jardim
1953. "A História de Vida na Pesquisa Sociológica". *Sociologia*, v. XV, n. 1.
- Mota, Lourenço Dantas (coord.)
1981. *A História Vivida (I e II)*. São Paulo, O Estado de São Paulo (documentos abertos).
- Nash, June
1974. "Paralelos Revolucionarios en una Historia de Vida. *In Jorge Balán (org.), Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.
- Nash, June
1976. "Basilía". *In Dos Mujeres Indígenas*. Mexico, Instituto Indigenista Interamericano.
- Nava, Pedro
1972. *Bau de Ossos (memórias 1)*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Nava, Pedro
1974. *Balão Cativo (memórias 2)*. Rio de Janeiro, José Olympio (2.^a edição).
- Nava, Pedro
1976. *Chão de Ferro (memórias 3)*. Rio de Janeiro, José Olympio (2.^a edição).
- Nava, Pedro
1978. *Beira-Mar (memórias 4)*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Nava, Pedro
1982. *Galo nas Trevas (memórias 5)*. Rio de Janeiro, José Olympio.
- Nogueira, Oracy
1952. "A História de Vida como Técnica de Pesquisa". *Sociologia*, v. XIV, n. 1.

- Nogueira, Oracy
1968. "A História de Vida". In *Pesquisa Social: Introdução às suas Técnicas*. São Paulo, Ed. Nacional/USP.
- Ocampo, Victória
1979. *Autobiografia*. Buenos Aires, Ed. Revista Sur (3 volumes).
- Perlman, Janice
1977. *O Mito da Marginalidade: Favelas e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Potangui, Gisela
1981. *O Processo de Inserção dos Imigrantes na Sociedade Urbano-Industrial*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil/Ministério do Interior (2 volumes).
- Prandi, José Reginaldo
1972. "História de Vida Computacional: um Exemplo de Aplicação da Técnica de História de Vida Simplificada para Computação Eletrônica". *Cadernos Cebrap*, 8.
- Pravaz, Susana
1981. *Três Estilos de Mulher: a Doméstica, a Sensual, a Combativa*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Queiroz, Maria Isaura Pereira de
1953. "Histórias de Vida e Depoimentos Pessoais". *Sociologia*, v. XV, n. 1.
- Rainho, Lúcio Flávio
1980. *Os Peões do Grande ABC*. Petrópolis, Vozes.
- Ramalho, José Ricardo
1979. *O Mundo do Crime: a Ordem pelo Avesso*. Rio de Janeiro, Graal.
- Ramos, U. e Magnani, J.
1980. *Doença e Cura na Religião Umbandista*. Subsídios para uma Proposta de Estudo Comparativo entre a Prática Médica Oficial e as Práticas Alternativas. São Paulo.
- Raposo, Eduardo
Elites Políticas Paraitbanas. Tese de Mestrado em Ciência Política (em andamento).
- Ribeiro, Gustavo Sérgio Lins
1980. *O Capital da Esperança: Brasília, Estudo sobre uma Grande Obra da Construção Civil*. Tese de Mestrado em Antropologia, Universidade de Brasília.
- Roca, Manuel M.
1976. "Facundina". In *Dos Mujeres Indígenas*. México, Instituto Indigenista Interamericano.
- Rocha Lima, Valentina da
1980. *Why Did Feminism Become an Issue for Brazilian Women in Exile*. Trabalho apresentado ao Departamento de História da Universidade de Washington (manuscrito).
- Rocha Lima, Valentina da
1982. *Memoirs of a Project: Memórias do Exílio. Steps of a Methodological Search*. Ad Hoc Group on the Uses of Autobiographical Narratives (life stories) for Social Research. Xth World Congress of Sociology, México.

- Rodrigues, Arakcy Martins
1978. *Operário, Operária: Estudo Exploratório sobre o Operariado Industrial da Grande São Paulo*. São Paulo, Símbolo.
- Salem, Tania
1980. *O Velho e o Novo: um Estudo de Papéis e Conflitos Familiares*. Petrópolis, Vozes.
- Salem, Tania
1981. "Mulheres Faveladas: com a Venda nos Olhos". *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, n. 1. Rio de Janeiro, Zahar.
- São Bernardo, seus Bairros e sua Gente. *In Cadernos Históricos*, Prefeitura de São Bernardo do Campo, Departamento de Cultura.
- São Paulo, 1920-1937: Depoimentos de Trabalhadores de Baixos Recursos. Coordenação de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo, CERU-USP (em andamento).
- Schwartzman, Simon
1979. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional/Finep.
- Sigaud, Lúgia
1977. *Os Clandestinos e os Direitos: Estudo sobre Trabalhadores de Cana-de-Açúcar em Pernambuco*. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade de São Paulo.
- Sigaud, Lúgia
1979. "A Nação dos Homens; uma Análise Regional de Ideologia". *Anuário Antropológico/78*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Stoffels, Marie-Ghislaine
1977. *Os Mendigos da Cidade de São Paulo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- UNESCO/Anhembi
1955. *Relações Raciais entre Negros e Brancos em São Paulo. Ensaio sociológico sobre as origens, as manifestações e os efeitos do preconceito de cor no município de São Paulo*. Direção de Roger Bastide e Florestan Fernandes. São Paulo, Anhembi.
- Varela, Alfredo
1976. *Memórias del Hermano de Túpac Amaru, Escritas en Buenos Aires* (escritas por Juan Bautista Tupacamaru alrededor de 1925, con prólogo de Alfredo Varela). Buenos Aires, Boedo.
- Velho, Gilberto
1975. *Nobres e Anjos: um Estudo de Tóxicos e Hierarquia*. Tese de Doutorado em Antropologia, Universidade de São Paulo.
- Viezzler, Moema
1978. *Se me Deixam Falar . . .* 2.^a edição. São Paulo, Símbolo.
- Villa, Guadalupe
1982. *Les Vétérans de la Révolution de 1910 dans le Nord de la République*. Ad Hoc Group on the Uses of Autobiographical Narratives (life stories) for Social Research. Xth World Congress of Sociology, México.
- Wilkie, James W.
1974. "Elitlore". *In Jorge Balán (org.), Las Historias de Vida en Ciencias Sociales*. Buenos Aires, Nueva Visión.

Wilkie, James W. e Wilkie, Edna M.

1969. *México visto en el Siglo XX*. México, Instituto Mexicano de Investigaciones Económicas.

Winn, Peter

1979. "Oral History in the Factory Study: New Approaches to Labor History", In *Latin American Research Review*, v. 14, pp. 130-40.

MULHERES NA FORÇA DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA: UM ENSAIO BIBLIOGRÁFICO

Neuma Aguiar

O estudo da participação de mulheres latino-americanas em atividades remuneradas teve início através de uma extensão das perspectivas marxistas sobre o desenvolvimento para incluir dentro destas a análise do trabalho feminino, situando a questão dentro da dinâmica do crescimento do modo de produção capitalista e seu impacto sobre outros modos de produção. Pouca atenção é concedida ao estudo de outras dimensões que condicionam o trabalho feminino remunerado, dentre as quais se destacam as normas que a sociedade gera para regular o fato material que consiste na capacidade de reprodução biológica. A sociedade regula as oportunidades de contato entre pessoas de sexos opostos ou do mesmo sexo, tendo em vista a sua reprodução, no sentido imediato do termo (Farias, 1979; Marulando, 1982). Com este fim são geradas normas que regulam o comportamento das mulheres desde a menstruação até a menarca. O controle social sobre as mulheres tem sido mais rígido do que o que se exerce com relação aos homens, pois estas têm portado consigo as conseqüências do ato sexual. O efeito regulatório é acrescido pela capacidade que as mulheres possuem de amamentar. As normas geradas com este fim, freqüentemente segregam as mulheres no espaço doméstico, dificultando seu acesso a outras esferas pelo tempo que necessitam despende nas atividades aí desenvolvidas. A tecnologia que ora se coloca ao

[Resenha publicada no BIB n. 16/1983.]

dispor da dissociação entre o exercício da sexualidade e o da reprodução humana possibilita uma reflexão crítica sobre as formas de controle social que se efetuam quando esta dissociação ainda se produz de modo muito imperfeito. A análise do trabalho não deve, portanto, dissociar-se da dimensão de gênero. O propósito deste ensaio é elaborar uma revisão da produção acadêmica efetuada até recentemente sobre o trabalho feminino, como uma forma de demonstrar a associação entre aquelas dimensões pela especificidade da inserção das mulheres na força de trabalho.

As análises marxistas sobre o desenvolvimento da força de trabalho feminina na América Latina, até recentemente, adotaram um rígido modelo de determinismo tecnológico derivado do estudo histórico da Revolução Industrial. Análises empíricas ou demográficas do mesmo tema seguem de perto a perspectiva da análise marxista, pois também concedem grande ênfase aos efeitos do desenvolvimento das forças produtivas no trabalho feminino.¹

Neste ensaio será revisto um conjunto de estudos sobre as mulheres na força de trabalho na América Latina, onde se destacam duas questões centrais. A primeira tem a ver com os padrões de incorporação das mulheres na agricultura e na indústria. O modelo clássico preconiza que uma diminuição progressiva da participação feminina no início do processo de industrialização é substituída por uma tendência para o aumento da mesma participação. Estas proposições serão detalhadas mais adiante em conjunto com os casos que as modificam. A segunda questão tem a ver com a continuidade da revolução tecnológica quando se acredita que a mulher é paulatinamente marginalizada do processo de industrialização, constituindo um exército industrial de reserva ou um mercado informal de trabalho. Minha contenção é a de que estes conceitos vêm sendo aplicados para retratar um número demasiadamente amplo de situações pertinentes ao trabalho feminino, a tal ponto que torna-se impossível retratar as mudanças que este sofre com o processo de desenvolvimento sócio-econômico. Sugere-se como alternativa de análise e especificação do contexto doméstico como um espaço produtivo, derivando-se subseqüentemente as conseqüências políticas deste enfoque.

1. Uma resenha destes trabalhos pode ser obtida através das contribuições de Alive de Paiva Abreu, Maria da Glória Ribeiro e Paola Cappelín, *A Força de Trabalho Feminina em Áreas Urbanas na América Latina*, trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina, IUPERJ, Rio de Janeiro, 1978.

O padrão de incorporação de mulheres na força de trabalho: análises marxistas e demográficas

De acordo com análises marxistas, o padrão de incorporação de mulheres na força de trabalho segue um processo de transformação segundo etapas históricas, da mesma forma que o desenvolvimento da força de trabalho em geral. Na primeira etapa as atividades de subsistência dão lugar às manufaturas caseiras e ao pequeno comércio (Madeira e Singer, 1973: 2). Na segunda etapa as manufaturas e pequeno comércio são substituídos por fábricas modernas, lojas de grande porte, armazéns e supermercados (Madeira e Singer, 1973: 2). Acompanhando as etapas do desenvolvimento técnico, ocorrem movimentos populacionais. Na primeira, dá-se um movimento do campo para a cidade. Na segunda etapa, o movimento se processa para fora do âmbito doméstico (Madeira e Singer, 1973: 4).

Associadas às tendências macrossociais, processam-se mudanças com relação à participação de mulheres na força de trabalho. Quando o processo de industrialização tem início e existe um grande número de atividades manufatureiras e comerciais, a agricultura ainda constitui a principal atividade produtiva. Todos estes processos possibilitam uma alta participação de mulheres na força de trabalho, uma vez que atividades domésticas podem facilmente ser combinadas com atividades agrícolas, comerciais e manufatureiras. Em uma segunda etapa, a economia agrária se capitaliza, um grande número de pessoas principia a deixar o pequeno comércio e as indústrias caseiras, ao mesmo tempo em que se amplia o processo de migração das áreas rurais para as áreas urbanas. Nesta etapa, os homens tomam os lugares das mulheres nas grandes fazendas (Madeira e Singer, 1973: 56; Miranda, 1977: 262) e a participação de mulheres na força de trabalho tende a decrescer (Madeira e Singer, 1973: 3; Miranda, 1977: 262). Em uma terceira etapa, o desenvolvimento das forças produtivas atinge um ponto que permite a liberação das mulheres do contexto doméstico. A participação de mulheres tende novamente a crescer, localizando-se principalmente no setor de serviços, que se amplia como consequência da expansão industrial (Madeira e Singer, 1973: 3).

Análises macroestatísticas seguem o mesmo tipo de interpretação do que a elaborada em conjunto por Madeira e Singer (1973) quando postulam que a participação feminina na força de trabalho é decorrente do processo de industrialização, podendo ser descrita por uma curva que toma o formato de um U (Lattes e Wainerman, 1977). Tanto

análises regionais, quanto as que destacam países em particular, têm empregado este mesmo modelo, revisto em detalhe por Lattes e Wainerman que procuram aplicá-lo ao caso da Argentina. Dalma Del Valle Vargas (1977) aponta para o caso peruano como seguindo as mesmas tendências que o caso argentino, porém de forma atenuada, no que diz respeito a uma elevação inicial das taxas de participação feminina na população economicamente ativa, seguida por uma queda brusca.

Cisneros (1978) elabora um breve histórico do modelo estatístico desenvolvimentista, argumentando que a curva em U se estende para englobar a Bolívia, apesar de sua aplicação ao caso ter sido posta em dúvida pela literatura pertinente (Durand, 1975) quanto à descrição da participação feminina na força de trabalho (Lattes e Wainerman, 1977: 310).

Agora torna-se possível analisar as objeções que têm sido levantadas com relação ao emprego deste padrão para a análise do trabalho feminino. A primeira tem a ver com o fato de que este se diferencia de tal maneira do masculino que não pode ser analisado segundo uma mesma forma global para ambos os gêneros, como demonstram os trabalhos de Leal e Deere (1978). Assim, embora o desenvolvimento tecnológico possa provocar a expulsão masculina da esfera doméstica, o mesmo não se dá com relação às mulheres, dadas as atribuições do gênero feminino.

A segunda objeção refere-se à diminuição da participação das mulheres na agricultura de acordo com o deflagrar do processo de industrialização. Madeira e Singer (1973: 56-7) são os primeiros a concluir que, ao contrário do esperado, a participação feminina na atividade agrícola tende a aumentar, graças ao crescimento das atividades de subsistência. Os autores apontam para a precariedade dos dados com relação à participação feminina na estrutura agrária, uma observação corroborada por trabalhos relacionados com a Argentina (Sautu, 1978), Paraguai (Galeano, 1977; Vera e Laird, 1978), Uruguai (Prates e Taglioretti, 1978), Colômbia (Leal e Deere, 1978) e México (Rendon e Pedrero, 1975).

Vera e Laird (1978), utilizando cinco marcos referenciais de tempo nas entrevistas que efetuaram com mulheres, elaboraram uma relação pré-codificada de atividades econômicas rentáveis no contexto rural, distinguindo o trabalho a domicílio do trabalho doméstico.

Através desta medida identificaram que 86% das mulheres entrevistadas realizavam alguma atividade rentável, em dinheiro, na semana de referência, no ano de 1977. Tanto a amostra de domicílios quanto o censo do Paraguai foram realizados na estação do ano característica por um decréscimo de atividades remuneradas, porém o censo, em 1972, classificara apenas 24% das mulheres como economicamente ativas.

A terceira questão tem a ver com a progressiva substituição do trabalho artesanal e doméstico pelo assalariado.

Madeira e Singer (1973) não chegam a demonstrar o pressuposto que sustentam segundo o qual as ocupações do tipo artesanal e doméstico são eliminadas pela industrialização capitalista, expulsando um número substantivo de mulheres da atividade econômica (p. 59). Jelín (1978: 23-4) elabora uma resenha de vários trabalhos realizados em cidades específicas da América Latina, cujos achados se contrastam com o pressuposto acima referido, uma vez que a participação de mulheres na pequena produção mercantil, no pequeno comércio ambulante e no emprego doméstico é muito alta, chegando a compreender mais da metade dos trabalhadores no setor. Isto nos leva a inferir que as atividades na pequena produção mercantil e no emprego doméstico permanecem importantes para as mulheres, com o crescimento urbano e o desenvolvimento capitalista industrial. Madeira (1977) reviu subsequenteemente algumas das teses que partilhara com Singer (Madeira e Singer, 1973) ao advogar a inclusão do trabalho doméstico dentre a população economicamente ativa, uma vez que a autora conclui que são os critérios adotados pelas estatísticas oficiais dos países em desenvolvimento, provenientes dos países capitalistas industriais, um dos fatores responsáveis pelo obscurecimento do trabalho doméstico como uma atividade que contribui para a produção social. Com esta análise, a autora revê a ênfase demasiada que o artigo anterior (1973) concedia ao impacto do desenvolvimento das forças produtivas na constituição da força de trabalho feminina.

Outra discussão refere-se ao padrão geral de incorporação das mulheres na força de trabalho. Embora abraçando a hipótese de curva em U, o próprio Cisneros objetiva-lhe restrições quando observa que em lugar de propiciar uma maior integração social, o processo de desenvolvimento aumenta a clivagem étnica, propiciando o surgimento de conflitos raciais. Lélia Gonzalez fornece um argumento no mes-

mo sentido, ao interpretar que os efeitos da modernização da indústria têxtil, no caso do Brasil, propiciam a expulsão de mulheres deste setor, sendo as mulheres negras as primeiras a sofrer o processo, observando a dupla discriminação, sexual e racial, gerada pela mudança.

Uma restrição mais severa ao modelo refere-se à historicidade, quando se tenta aplicá-lo a uma variedade de casos. Prates e Taglioretti levantam dificuldades com relação à curva em U, observando que em casos de estancamento econômico, como o do Uruguai, as mulheres podem incorporar-se progressivamente à força de trabalho. As características do modelo da curva em U, com alta participação inicial de mulheres na economia agrária, seguida por uma progressiva destruição das atividades camponesas e artesanais, substituídas, em seguida, por um desenvolvimento industrial que novamente incorpora as atividades de mulheres, não se aplicam ao caso uruguaio. As autoras também rejeitam as hipóteses de que existam associações positivas entre determinadas características demográficas e as taxas de participação feminina na força de trabalho, uma vez que nem a idade, nem o estado civil, nem a fertilidade impedem as atividades femininas. Análises de outros casos, todavia, como o chileno e o brasileiro, sugerem que isto possa ocorrer (Fucaraccio, 1978; Rato, 1978). Rodrigues (1978) também relativiza a hipótese ao demonstrar que as mulheres de famílias operárias que desejam trabalhar fora deslocam o papel de mãe de família, ou componentes do mesmo, para uma filha, a fim de obter emprego. Cebotarev (1978), no mesmo sentido, aponta que, em determinadas situações de trabalho, a participação da mulher está condicionada pela idade da filha mais velha, e não da filha menor, como foi encontrado em países desenvolvidos.

Prates e Taglioretti observam que a participação de mulheres uruguaias na força de trabalho é baixa de início, pois a economia de gado exige pouca mão-de-obra e limita o acesso à terra, evitando que se desenvolva uma agricultura de subsistência, onde a mulher possui altas taxas de atividade no trabalho familiar, como é característica das sociedades camponesas.

Paralelamente, no contexto urbano, desenvolvem-se manufaturas que possibilitam o trabalho a domicílio, favorecendo a participação feminina. As atividades fabris que se constituem, relacionam-se com a indústria de tecidos e de vestuário, remunerando com baixos salários a mão-de-obra, propiciando, assim, o incremento da parti-

cipação feminina. O estancamento industrial não desencoraja a participação feminina, uma vez que a mão-de-obra masculina mais qualificada migra para o exterior.

A crítica ao modelo da curva em U realizada por Prates e Taglioretti possibilita a elaboração de alternativas teóricas para estudar a participação feminina na força de trabalho, deixando entrever outras modalidades de associação entre desenvolvimento ou, ao inverso, estancamento, e a incorporação da mulher na população economicamente ativa.

A hipótese do determinismo tecnológico freqüentemente vem associada a outros fatores. Uma variável que vem sendo correlacionada com o desenvolvimento sócio-econômico e a participação de mulheres na força de trabalho tem sido o nível educacional das mulheres, uma vez que a industrialização criaria demandas de mão-de-obra qualificada, aumentando as oportunidades de participação para aqueles com mais anos de estudo. Juan C. Elizaga (1974: 526-8) observa que na Argentina e Chile as taxas de participação feminina urbanas variam com o número de anos de escolaridade, apontando para a mesma tendência no caso do Brasil. Glaura Miranda verifica, ainda, com relação ao caso brasileiro, que a educação leva a maiores taxas de participação em ocupações remuneradas, embora nem sempre as atividades exercidas sejam compatíveis com o nível educacional atingido (1975: 33-4). Maria Helena Rato (1978) indica que há uma correlação estreita entre a participação feminina na força de trabalho e o grau de educação atingido, pois existe menor oferta de trabalhadores nos níveis de instrução mais altos, concluindo que a capacidade de absorção no mercado de trabalho diminui com o nível educacional dos trabalhadores.

Barroso e Mello (1975: 47-77) observam que o acesso à educação em nível superior significa um aumento da concentração de mulheres em carreiras consideradas femininas, observando a interferência de fatores culturais que modificam as determinações econômicas. Bruschini (1978) demonstra que esta concentração existe para todo o espectro de ocupações e não apenas para as que demandam educação em nível superior. Barrera (1978: 18) descreve o mesmo fenômeno para o caso do Equador. Miranda (1975: 33-4) considera, ainda, que o acesso à educação não significa igualdade salarial, uma vez que mulheres em profissões liberais possuem, em média, um salário cujo valor é menos da metade que o salário masculino. Barrera (1978: 14-6) encontra, em um estudo de caso realizado no Chile, que o determinan-

te principal dos salários da classe operária não é a educação, uma vez que as mulheres têm maior escolaridade e treinamento que os homens, recebendo, todavia, menores ganhos pelo seu trabalho. Maria Helena Rato, analisando o caso brasileiro, observa que a maioria das pessoas analfabetas são trabalhadoras por conta própria, percebendo, em época recente, até um salário mínimo. Os empregados, qualquer que seja o nível de instrução, auferem rendimentos mais baixos que os autônomos. A única exceção encontrada consiste nos empregados em zona rural, com mais de treze anos de estudo, que ganham mais do que os trabalhadores por conta própria.

Em outros lugares, a precariedade de dados quanto à pequena produção mercantil, particularmente em zonas rurais, pode levar a generalizações que escondem a participação de mulheres na força de trabalho, aponta Rojas (1978) seguindo uma observação de Standing (1976) sobre o trabalho feminino, agrícola, familiar, não remunerado. O autor, verificando uma hipótese derivada do caso colombiano, observa que, se tomarmos o número de horas de trabalho remunerado como indicador da participação feminina no mercado de trabalho, encontraremos, no caso da Nicarágua, que o maior acesso às ocupações que exigem um nível maior de instrução e, dotadas com maiores salários, não representa a existência de uma estrutura social mais igualitária de oportunidades para ambos os sexos. As mulheres na camada ocupacional mais alta tendem a trabalhar remuneradamente, em média, um pequeno número de horas (34 por semana), enquanto aquelas provenientes de baixos estratos ocupacionais tendem a trabalhar um número excessivo de horas (49 por semana).

A questão do exército industrial de reserva, do mercado informal de trabalho e da marginalidade do trabalho feminino

Acompanhando as previsões tendenciais sobre o impacto do desenvolvimento capitalista na força de trabalho feminina latino-americana, observa-se que as atividades de trabalho das mulheres passam a ser analisadas mediante a utilização de categorias tais como as de mercado de trabalho informal, subemprego, desemprego disfarçado e marginalidade, que apontam para a ausência de alguma coisa: os conceitos são aplicados pela sua conotação negativa, indicando que a situação de trabalho não possui uma forma definida, que não existe emprego, ou quase, e que a posição das mulheres na força de trabalho não é central.

A dificuldade no uso destes conceitos consiste na natureza residual dos mesmos, quando incorporam uma heterogênea variedade de atividades produtivas, conotando um certo grau de desorganização social relativo a um setor organizado da sociedade que se lhes é oposto. Pressupõe-se, assim, um mercado informal de trabalho, sem levar em consideração que as leis reguladoras do sistema de trocas, dentre as quais as de trabalho, não são necessariamente escritas e podem reger-se pelo costume, cabendo aos pesquisadores e pesquisadoras, portanto, descobri-las.² As categorias subemprego e desemprego, disfarçadas ou não, são caracterizadas tomando um ótimo de emprego originário do setor industrial e metropolitano, indicado pelo número de horas de trabalho, remuneradas em dinheiro.³ Formas de atividades produtivas aquém deste ótimo, mesmo se complementadas por outras atividades produtivas não remuneradas, recebem a mesma classificação. Também o conceito de marginalidade é empregado em oposição a um setor da produção que seria presumivelmente o central. Dentre outras significações, o conceito tem se referido à migração recente, sem integração no mercado de trabalho, ou às áreas onde populações de migrantes se localizam, significando também lugar de residência deteriorada, sem estatuto legal de ocupação. Critérios jurídicos, ecológicos, ou relacionados com a organização social são empregados para denotar o conceito que, muito embora seja criticado por alguns, ainda não foi suficientemente revisado, levando em consideração a posição na força de trabalho dos grupos sociais até agora englobados na noção ou em sua crítica.⁴ Assim as mulheres na força de trabalho são freqüentemente estudadas como participantes de um mercado informal ou como desempregadas ou subempregadas ou mesmo como marginais ao processo produtivo.⁵

2. Cf. Marcel Mauss, *Essais sur le Don, Sociologie et Antropologie*, Paris, PUF, 1978, pp. 145-269.

3. Conferir recente crítica de José Sérgio Leite Lopes, Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil, *Dados*, n. 18, 1978, pp. 135-57, sobre o uso dos conceitos de subemprego e desemprego.

4. Conferir as críticas elaboradas por Janice Perlman, *The myth of marginality*, Berkeley, University of California Press, 1976, e Manoel T. Berlink e Daniel Hogan, Social marginality or class relationships in the city of São Paulo? in Neuma Aguiar (ed.), *The structure of Brazilian development*, Rutgers, Transaction Books, 1979.

5. Cf. trabalhos apresentados à Conferência Women and Development, Wellesley, Massachusetts, 1976, na sessão sobre Mercado Informal do Trabalho. Ver, por exemplo, Lourdes Arizpe, Women in the informal labor sector, in Wellesley Editorial Committee (ed.), *Women and national development: the complexities of change*, Chicago and Londi, The University of Chicago Press, 1978.

Poucos trabalhos são devotados a averiguar a incorporação de mulheres na organização social da produção, conotando-a de forma positiva, identificando-lhe o formato, caracterizando-lhe o produto e a contribuição social, apesar da discriminação social que mulheres indubitavelmente sofrem. Vários artigos sobre mulheres na força de trabalho na América Latina preocupam-se com a organização social da produção que, em lugar de ser destruída pelo modo de produção capitalista, com ele coexiste, como demonstram as análises de Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1978); Schmucker (1978); Neto (1978); Hermitte e Segre (1978); Cebotarev (1978); Sautu (1978); Leal e Deero (1978); além do meu próprio trabalho (Aguilar, 1978).

Antes que se detalhe, neste ensaio, a contribuição alternativa que oferecem os estudos, será elaborada uma resenha das análises sobre trabalho feminino e a questão do exército industrial de reserva.

As mulheres são freqüentemente compreendidas como constituindo parte do exército industrial de reserva (Miranda, 1977: 2; Beechey, 1978: 187-95; Pena, 1981), ou mesmo, mediante a extensão do conceito para todo o tipo de atividade capitalista, o trabalho feminino é analisado como um exército de reserva para a produção capitalista (Saffioti, 1978: 19 e 51). Uma discussão sobre os conceitos de superpopulação relativa, marginalidade e exército industrial de reserva tornou-se clássica na literatura latino-americana (Nun, 1969; Cardoso, 1972).

Porém, não são apenas os trabalhos voltados para análises regionais os que têm apresentado interesse no debate com relação ao emprego do conceito para o estudo da força de trabalho, ou do contingente feminino dentro desta (Bruegel, 1979: 12-23; Molyneux, 1979: 26-7; Anthias, 1980: 50-63). A crítica elaborada por Cardoso (1972) sobre a ambigüidade, falta de referência empírica, bem como sobre a conotação utilitária do conceito de marginalidade, também se aplica ao do exército industrial de reserva (Anthias, 1980: 50-63).

Da mesma forma que as análises sobre o desenvolvimento da força de trabalho na América Latina, a categoria encontra-se intimamente associada com mudanças tecnológicas, efetuadas pelo capitalismo industrial, na composição da mão-de-obra. Marx cunhou o conceito contrapondo-o às interpretações derivadas de Malthus sobre os efeitos do crescimento natural da população, no emprego e nos salários (Cardoso, 1972: 142; Anthias, 1980: 51). O autor aponta que é o desenvolvimento técnico da produção capitalista, independente do crescimento

natural da população, o fator responsável pela criação de uma superpopulação relativa, ou exército industrial de reserva, que se opõe, assim, à força de trabalho regularmente engajada na produção: o exército ativo (Marx, 1906: 699). Deve-se observar, contudo, que o crescimento absoluto da população também pode afetar o engajamento das mulheres na força de trabalho que porta consigo este desenvolvimento natural.

Marx considerou três modalidades de exército industrial de reserva: a flutuante, a latente e a estagnada (idem, p. 703). Podemos repassá-los aqui a fim de observarmos como são insuficientes para a análise do trabalho feminino, pois referem-se apenas ao nível econômico. O exército flutuante é representado pelas alterações decorrentes da introdução de mudanças técnicas que, por um lado, ocasionam a decadência de alguns setores da produção, tornando-os obsoletos, e, por outro lado, favorecem a criação de novos setores. Enumeram-se dois momentos dentro desta dinâmica: no primeiro, parte da população ativa é dispensada, tornando-se desempregada ou parcialmente empregada; no segundo, setores modernos vão surgindo e absorvem parcelas da população, disponíveis para o emprego capitalista. A população de reserva é considerada como flutuante, devido aos movimentos de repulsão e atração de mão-de-obra, estabelecidos pelo desenvolvimento capitalista (idem, p. 704).

A aplicação do conceito para grupos sexualmente ou racialmente diferenciados foi criticada por Anthias (1980: 50), que defende seu uso exclusivamente com relação ao proletariado como um todo, sem que se faça a identificação de subgrupos dentro do mesmo. Todavia, nada impede que se empregue um conceito para caracterizar grupos diferenciados específicos, como uma instância particular de uma situação mais ampla. A especificação permite a constatação empírica do fenômeno. A diferenciação sexual permite observar que embora o exército industrial de reserva flutuante possa ser claramente identificável pelo efeito da introdução de inovações tecnológicas (Bruegel, 1979: 16) que propiciam a constituição de populações desempregadas, particularmente no que se refere às mulheres, o mesmo não se dá com a identificação do contingente populacional em reserva, que passa a ser absorvido na população ativa, de mais difícil constatação.

A população deslocada pela mudança técnica em um determinado setor não é necessariamente a mesma que é alocada em setores novos criados pela dinâmica do desenvolvimento capitalista. A característica de flutuante entre o exército ativo e o de reserva não serve para

os que foram permanentemente deslocados. Isto pode ser o caso de boa parcela do contingente feminino. A indústria têxtil, no caso do Brasil, ao se renovar, não afetou apenas a população em geral, mas a população feminina em particular (Madeira e Singer, 1973: 37), sendo as mulheres negras as primeiras a serem atingidas no processo (Gonzalez, 1978). A diferenciação da população na força de trabalho, por sexo, deixa entrever que no Brasil houve um crescimento relativo constante da população masculina no secundário, enquanto que a população feminina apresenta decréscimos relativos de participação no mesmo setor (Madeira e Singer, 1973: 16 e 17; Bruschini, 1978). Fenômenos relativos à integração de mulheres na força de trabalho podem permanecer escondidos na dinâmica mais geral, porque a participação masculina é bem maior que a feminina.

Bruschini, para o caso brasileiro, seguindo uma linha de análise elaborada sobre a força de trabalho na Venezuela (Schminck, 1977: 1.193-227), aponta que a mão-de-obra feminina distribui-se por um contingente muito restrito de ocupações em comparação com a mão-de-obra masculina. Esta última ocupa um grande espectro de atividades. Desta maneira, a criação de novas ocupações não significa que mulheres possam conquistá-las, impedidas por fatores ideológicos, dentre outros, tornando-se, assim, inadequado considerá-las como componentes de uma reserva de força de trabalho, candidata ao emprego, nestes setores, a não ser que outros fatores intervenham, tornando-as conscientes e, assim, disponíveis para a participação social.

Dentre as três modalidades de exército industrial de reserva enunciadas mais acima, cabe analisar, agora, a que foi classificada por Marx como sendo latente, a fim de verificarmos a adequação de seu emprego com relação à mão-de-obra feminina latino-americana. O termo refere-se ao processo que é gerado pela transformação capitalista da estrutura agrária, provocando a expulsão da mão-de-obra rural que é colocada em disponibilidade para o trabalho, em manufaturas, nas zonas urbanas (1906: 705).

Algumas das contribuições analisadas neste ensaio são bastante elucidativas quanto: à penetração do capitalismo no setor agrário; aos deslocamentos que os trabalhadores rurais sofrem, afetando a mão-de-obra masculina e a feminina; bem como, às situações de disponibilidade para o emprego que são vivenciadas em consequência de processos migratórios [Leal e Deere (1978); Oliveira (1978) e Sauvu (1978)]. Estes trabalhos permitem avaliar a aplicação do conceito de

exército industrial de reserva latente, com relação às formações sociais na América Latina, particularmente no que diz respeito à análise do trabalho feminino.

Leal e Deere (1978), ao observarem a situação da economia colombiana, com relação ao mercado mundial, classificam-na de capitalista, destacando, porém, que existe um processo de penetração diferencial do capitalismo na estrutura agrária, pois há regiões que se insulam mais do que outras à penetração do mercado, uma constatação que elaboram mediante análise comparada de duas regiões rurais colombianas. A zona que caracterizam como detentora de uma agricultura mais comercial também é por elas classificada como sendo a mais capitalista, pois a outra tem suas atividades mais voltadas para a subsistência, sendo também considerada pelas autoras como sofrendo de processo de estagnação agrícola. Outra dimensão que utilizam para estudar o grau de penetração do capitalismo na agricultura refere-se à proletarianização da força de trabalho, indicada pela presença de relações de assalariamento da mão-de-obra. As autoras apontam para um fenômeno de particular importância, quando distinguem a situação proletária da camponesa, indicando a coexistência de relações de produção capitalistas e não-capitalistas, diferenciadas de acordo com a divisão sexual do trabalho, tanto na zona mais capitalizada quanto na mais estagnada.

O estudo de Oliveira (1978), realizado em uma zona do Brasil que sofreu intenso desenvolvimento capitalista, permite apontar que a existência de uma agricultura comercial não representa que ocorra, simultaneamente, um processo de proletarianização da força de trabalho. O cultivo do café, na região que analisa, constitui um exemplo deste fato, uma vez que a mão-de-obra imobilizada nas fazendas, mediante a concessão de moradia, trabalhava sem remuneração salarial. Laclau (1979) aponta que, embora atividades comerciais possam favorecer ao crescimento do capitalismo, podem, também, existir independentes deste, relacionadas a outros modos de produção.

No caso examinado por Oliveira (1978), a mudança das relações sociais na direção de um processo de proletarianização se efetua, apenas, quando a cana-de-açúcar passa a constituir a principal lavoura comercial, substituindo o café. Isto pode ter acontecido naquela área pela possibilidade de mecanização agrícola que a introdução do novo produto propiciou. Também Sautu aponta para a organização social peculiar de cada lavoura em zona de intensa capitalização agrícola na Argentina.

No trabalho de Oliveira (1978), a mudança de produto possibilita a contratação de mão-de-obra temporária para os cultivos, provocando a expulsão de famílias que antes residiam nas fazendas, passando a morar nas cidades vizinhas. A categoria de moradores, todavia, não é totalmente eliminada. As alternativas de emprego oferecidas pelo setor urbano provocam uma alteração nos contratos de mão-de-obra, na zona rural, pois as fazendas passam a individualizar e a assalariar a força de trabalho feminina. O local de residência não impede que trabalhos na área rural sejam executados pela mão-de-obra urbana, favorecendo que a força de trabalho feminina seja assalariada, pelas possibilidades de opção que as mulheres encontram no emprego doméstico remunerado, nas cidades. Embora a estrutura familiar não seja destruída no processo, a mão-de-obra feminina passa a ter suas horas de trabalho intensificadas pela superposição entre o trabalho doméstico e o trabalho assalariado.

Como as atividades domésticas concedem autoridade familiar às mulheres, observa Cebotarev, as camponesas dificilmente abrem mão do papel doméstico, quando encontram oportunidade de exercer papéis alternativos, optando, assim, pela sobreposição de papéis.

A remuneração do trabalho feminino, todavia, é feita de forma diferencial e discriminatória, em comparação com o trabalho masculino da mesma espécie (Allier, 1975: 133-4), aponta-nos outra análise do mesmo processo.

O trabalho de Sautu (1978) permite acompanhar a migração da mão-de-obra sazonal proveniente da própria Argentina, da Bolívia e do Paraguai. A autora, tal como Oliveira (1978), constata a presença de relações não-capitalistas na agricultura comercial observando, também como Leal e Deere (1978), que contratos de assalariamento são mais comuns entre as propriedades maiores.

Os contratos de assalariamento da força de trabalho, estudados por Sautu (1978), são realizados por empreiteiros que preservam a organização familiar do trabalho. Através desta, as mulheres percebem pouca ou nenhuma remuneração individual, uma situação diferente daquela que Oliveira encontrou. A análise de Sautu (1978) indica que os contratos de trabalho transitório favorecem a circulação de trabalhadores, entre propriedades e regiões, dependendo da época da safra.

Leal e Deere (1978) tomam como objeto o processo de diferenciação social na economia camponesa, apontando que em zonas mais

estagnadas a participação feminina em atividades produtivas é maior do que a que ocorre em zonas mais capitalizadas, pois naquelas existe um maior número de mulheres chefes de residência.

Comparando a divisão sexual do trabalho nas duas regiões que estudaram, as autoras observam que na zona mais capitalizada, onde a atividade principal resulta da venda de força de trabalho, o cultivo das unidades de exploração camponesa pelo trabalho familiar constitui uma atividade secundária: os homens exercem mais as atividades assalariadas, enquanto as mulheres exercem mais as atividades camponesas. Já nas zonas mais estagnadas, onde a atividade principal consiste no cultivo de unidade de exploração, mediante contratos de parceria, as atividades camponesas são mais exercidas pelos homens, enquanto as mulheres dedicam-se mais a trabalhos assalariados, particularmente ao emprego doméstico, uma atividade secundária na região.

Descrevendo dinâmicas tão distintas para as duas localidades, Leal e Deere (1978) estudam as duas atividades de trabalho feminino como indicadoras de um exército industrial de reserva, deparando-se, assim, com as limitações do conceito, uma vez que o esforço de diferenciação e especificação das atividades de trabalho da mulher rural, empreendido pelas duas autoras, fica escondido pela conotação de que estas mulheres possuem apenas uma potencialidade latente de participação no exército ativo, apesar do trabalho que efetivamente desenvolvem como camponesas ou proletárias.

Vejamos como Sautu (1978) compreende duas situações equivalentes às estudadas por Leal e Deere (1978). A autora analisa o trabalho familiar em zonas de cultivo mais capitalizadas e em outras onde predomina a pequena produção, considerando a pequena e a grande produção como complementares, empregando uma estratégia de análise semelhante à que foi adotada por Moacir Palmeira (1979), quando estudou a agricultura canavieira no Nordeste do Brasil. O autor engloba como partes de um mesmo conjunto: a pequena produção, as grandes propriedades e a rede de intermediárias que articula a produção camponesa com a transformação industrial do produto no interior das grandes propriedades, também incluída no sistema. Em contraste com o processo de penetração do capitalismo na agricultura canavieira, encontrado por Oliveira (1978) ao Sul do Brasil, Palmeira analisa o cultivo da cana-de-açúcar em uma região empobrecida, considerando-a como componente de um modo de produção secundário ao capitalismo: o sistema de *plantation* (Palmeira, 1971). O estudo de Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1978) nesta coletânea faz

parte do conjunto de pesquisas coordenado por Palmeira. A situação analisada por estes autores permite ainda um contraste com o resultado das investigações de Oliveira (1978). Quando os pequenos produtores se vêem obrigados a deixar a área rural, estabelecendo-se nas cidades, em lugar de procurar trabalho assalariado, buscam conseguir terras para assegurar o cultivo da subsistência.

Sautu (1978) não se refere à mão-de-obra feminina na zona mais capitalizada como constituindo parte de um exército de reserva, atribuindo esta característica, apenas, ao trabalho familiar nas zonas minifundistas, incluindo tanto homens quanto mulheres. Essas áreas fornecem mão-de-obra sazonal nas épocas de safra para as propriedades das regiões vizinhas, sendo consideradas, assim, como provedoras de mão-de-obra, enquanto os latifúndios transferem os custos de manutenção da força de trabalho mediante uma dinâmica não-capitalista, uma vez que o custo de reprodução da força de trabalho não está incluído nos salários. Voltaremos a esta questão mais adiante, pois ela limita as possibilidades de emprego do conceito de exército de reserva para com estes setores, cuja dinâmica de crescimento populacional não se relaciona com a do modo de produção capitalista, mas com a de outros modos de produção.

A análise elaborada por Sautu deixa entrever que, embora situações de crise possam ser resolvidas mediante os processos capitalistas clássicos descritos por Marx, segundo os quais inovações tecnológicas introduzidas na agricultura possibilitam a exclusão de uma parcela da força de trabalho, soluções não-capitalistas também podem ser acionadas, mediante a imobilização da mão-de-obra, pelo emprego da coerção. As obrigações que os trabalhadores contraem para com os proprietários de terra, que os imobilizam em terras desmembradas de seus latifúndios, são exemplos destas formas coercivas que derivamos do trabalho de Sautu (1978). Associamos estes exemplos a uma sugestão elaborada por Nun (1969: 182-4), segundo a qual cada modo de produção possui uma dinâmica própria de constituição de uma superpopulação relativa (Laclau, 1969: 19-56). Althusser (1967), citando Marx, já se havia referido a estas formas de coerção no modo de produção feudal, quando observou que a forma econômica de exploração do sobretrabalho pode, também, tornar-se uma forma de coerção política dos camponeses.

Marx, ao enunciar o conceito de exército industrial de reserva, contudo, refere-se apenas ao modo de produção capitalista, inclusive no que diz respeito às especificações da categoria, tal como no que qua-

lifica de exército industrial de reserva estagnado (Marx 1906: 705). O autor caracteriza este segmento por uma jornada com duração acima da média, baixos salários e oferta irregular de emprego. Portanto, os trabalhadores que aí se incorporam vendem sua força de trabalho em troca de salários, denotando, assim, a presença de relações de produção capitalistas. Nun (1969: 199) observa que uma das principais características do capitalismo moderno consiste na capacidade de incorporação de conhecimentos científicos e de inovações tecnológicas que impedem a absorção crescente da força de trabalho deslocada. O autor observa que isto se dá, apesar do crescimento da economia. Porém, a dinâmica de constituição desta superpopulação relativa difere daquela enunciada mais acima, envolvendo o trabalho familiar não-remunerado, contratos de moradia estabelecidos pelas grandes propriedades como forma de fixação da mão-de-obra ou, ainda, relações de endividamento manipuladas com referência aos trabalhadores rurais, possuindo essa mesma finalidade.

Estes vários mecanismos podem aparecer articulados (Rey, 1973; Carter, 1978: 47-77), cabendo, assim, deslindá-los, em lugar de atribuí-los apenas à dinâmica do modo de produção capitalista, pois isto é feito quando são empregadas as categorias de exército industrial ativo e exército industrial de reserva, derivadas deste modo de produção. Velho (1976) observa que a destruição da pequena produção mercantil pelo modo de produção capitalista ocorre apenas parcialmente, pois o que realmente se verifica é um processo de subordinação da pequena produção ao capital mediante os mecanismos de acumulação primitiva (Velho, 1976: 50-60). Bartra (1978: 50) observa que indústrias domésticas podem organizar-se mediante o uso de trabalho familiar, explorado segundo um processo que Marx classificou em épocas anteriores à constituição do capital industrial, podendo, pela continuidade que atualmente apresenta, ser denominado de acumulação primitiva permanente.

Schmuckler (1978) também demonstra que o surgimento do grande comércio de produtos alimentícios, efetuado por intermédio de supermercados, caracterizados por uma organização capitalista, não elimina o pequeno comércio de pequenos armazéns. Grande e pequeno comércio se articulam. O pequeno comércio é empurrado para as camadas de baixa renda da população, operando mediante mecanismos de endividamento, que encarecem os custos dos produtos, em lugar de barateá-los. A construção de redes de relações pessoais caracterís-

ticas do pequeno comércio torna estes mecanismos inoperantes junto ao grande comércio.

Hermitte e Segre (1978) apontam que o trabalho das artesãs por elas estudado depende de financiamentos através de mecanismos de usura, que operam em situações onde o capital é escasso. Setores um pouco mais abastados fornecem crédito em troca do produto final que ao comercializá-lo, extraem um excedente, no processo. Como a maioria dos riscos é assumida pelas produtoras de mercadorias, o investimento é considerado compensador, apesar da baixa produtividade do trabalho.

Embora a subordinação do grupo se reproduza, mudanças ocorrem tal como a que se efetua com relação à posição do domicílio: as artesãs do passado elaboravam tecidos na residência dos patrões, enquanto as atuais os confeccionam no próprio domicílio.

A unidade da pequena produção mercantil é o grupo doméstico familiar que cultiva bens para o autoconsumo, mediante o esforço físico de seus membros, que podem também engajar-se em outras atividades, como: o artesanato, a indústria caseira e o pequeno comércio. O recurso principal das unidades familiares consiste na força de trabalho, cuja produtividade varia, segundo o tamanho da família, o número de membros capazes de trabalhar e a quantidade de trabalho despendida por cada membro para a elaboração de uma quantidade determinada de produtos (Chayanov, 1966; Thorner, 1971).

Enquanto no modo de produção escravista a subsistência de escravos é propiciada pelos seus proprietários, no modo de produção pequeno-mercantil os camponeses cultivam a terra para prover a própria subsistência. Quando o acesso à terra é limitado ou pela quantidade de terra disponível (Chayanov, 1966: 7) ou por fatores políticos (Velloso, 1976), tende a produzir-se um fenômeno de superpopulação (Chayanov, 1966).

Beatriz Schumkler (1978), embora questione a tese de que situações de crise econômica resultem na estagnação ou na eliminação da pequena produção mercantil, uma vez que as famílias manipulam os papéis de trabalho feminino, enviando as mulheres ao mercado, também observa que as crises que colocam em risco o negócio decorrem de doença na família. Este tipo de crise pode resultar na diminuição do consumo familiar, quando as atividades desenvolvidas por aquele membro são insubstituíveis pelas de outro.

Hermitte e Segre (1978) apontam que não apenas a doença, mas também a morte, o casamento e a migração podem afetar a subsistência ou os padrões de consumo do grupo familiar.

Carmen Barroso (1978) aponta para o fenômeno, também citado por Stan D'Souza (1978), Leal, Deere e Schmuckler, e observado anteriormente por Buvinic e Youssef (1978), de que as residências chefiadas por mulheres estão intimamente ligadas à pobreza. Na América Latina, em comparação com os países desenvolvidos (vide o trabalho de Stan D'Souza (1978)), a chefia de famílias permite exibir uma situação social de carência que afeta particularmente as mulheres. Isto não quer dizer, contudo, que na América Latina a adoção do conceito de chefe de família não esconda, nas situações onde os dois cônjuges estão presentes, responsabilidades das mulheres, particularmente quanto ao sustento da casa, freqüentemente representado como ajuda (Heredia, Garcia e Garcia Jr., 1978).

As modificações na contabilidade do trabalho feminino, portanto, não devem propiciar que as mulheres chefes de residência sejam escondidas, mas devem possibilitar que apareça a contribuição efetiva oferecida pelas mulheres para o sustento da residência.

Oberva-se, assim, que fatores demográficos vinculados à organização familiar da subsistência podem resultar no empobrecimento de grupos doméstico-familiares. Podemos observar que estes componentes se distinguem daqueles enunciados por Marx, também associados ao conceito de exército industrial de reserva. O autor associou o empobrecimento com o desemprego ou com o deslocamento do setor rural. Marx observa que a constituição desta camada de empobrecidos limita as aspirações salariais dos que permanecem plenamente engajados no exército ativo (1906: 707). O autor distingue várias categorias dentre a camada pauperizada: em primeiro lugar, identifica aqueles que, embora ainda não pertençam à reserva, são filhos dos que já pertencem a esta categoria, sendo, portanto, candidatos à posição juntamente com os órfãos. Em segundo lugar apontam-se aqueles que não possuem capacidade física ou de adaptação ao engajamento ativo na força de trabalho, como os que possuem defeitos físicos, ou são muito idosos (pp. 706-7). Pode-se acrescentar, ainda, aqueles que sofreram intenso processo de desqualificação profissional sem possibilidades de readaptação. Marx distingue do estrato dos pobres um outro composto por criminosos, vagabundos e prostitutas, "as classes perigosas" (p. 707).

O trabalho de Zahidé Machado Neto (1978) toma uma parcela da camada social pauperizada que elabora trabalhos a domicílio: as meninas residentes em uma favela de Salvador, Bahia, Brasil. A autora aponta que uma característica importante do trabalho a domicílio reside no fato de que este se esconde facilmente no trabalho doméstico. O caso das meninas relaciona-se com a produção e comercialização de bens, que algumas vezes consistem na extensão da produção de alimentos ou de artigos para o vestuário, destinados ao autoconsumo. A transformação destes bens pertence à categoria de trabalho a domicílio. O emprego doméstico também faz parte do arsenal de pequenas atividades desenvolvidas pelas meninas.

Caso o conceito de exército industrial de reserva fosse aqui empregado para compreender as inúmeras situações de trabalho que são assim consideradas, seria possível observar que mudanças substantivas na inserção de contingentes populacionais no aparato produtivo resultam sempre na situação de reserva. Tomando-se o exemplo do deslocamento de contingentes de famílias de camponeses para as cidades que passassem a trabalhar em serviços domésticos, constataríamos apenas a mudança de uma posição de reserva para outra. Caso incorporássemos ainda a sugestão de Beechey (1978: 190), em que as mulheres casadas também constituem um exército de reserva para o modo de produção capitalista, as camponesas trasladadas da área rural, empregadas em casas de família que deixassem o emprego para se casarem, nem assim deixariam de fazer parte do exército de reserva, e se passassem a fazer marmitas ou roupas para fora, em situação similar à estudada por Zahidé Machado Neto (1978), apesar da variada história de vida ocupacional, jamais deixariam de pertencer à mesma categoria. O conceito de exército industrial de reserva foi de tal maneira estendido, compreendendo uma tal complexidade de situações que o seu emprego torna-se redundante particularmente para a descrição de algumas modalidades de deslocamentos posicionais das mulheres no interior do aparato produtivo.

A especificação do contexto doméstico como um espaço de trabalho

Os trabalhos analisados neste ensaio, embora eventualmente possam empregar noções vinculadas ao conceito de exército industrial de reserva ou de mercado de trabalho informal, oferecem alternativas com o sentido de dar constituição à organização social onde o trabalho feminino se insere.

A casa pode ser eleita como um lugar privilegiado de observação, pela variedade de posições que ocupa em diferentes estruturas produtivas, que coexistem com o capitalismo. Ela pode ser um instrumento de produção, um meio de subsistência e um meio de coerção ao trabalho. Na casa pode ser organizada uma produção que se destina tanto ao consumo de seus residentes, quanto ao consumo externo a seus limites. A reflexão sobre o lugar da casa em distintos modos de produção leva-nos a diferenciar entre os conceitos de trabalho e de emprego, deixando entrever as seguintes categorias de atividades elaboradas neste contexto: trabalho doméstico, trabalho a domicílio, emprego doméstico e indústria caseira.

Quando a casa constitui uma unidade produtiva onde se efetua a transformação de alimentos destinada ao comércio e à subsistência como um trabalho a domicílio, torna-se possível conceituar como produtivo o trabalho realizado neste contexto (Neto, 1978), desde que o parâmetro tomado como referência seja a produção pequeno-mercantil. Embora Marx objete que, do ponto de vista da produção capitalista, o trabalho a domicílio deva ser considerado como improdutivo, acreditamos que o qualificativo deva ser especificado, dadas as conotações pejorativas que o conceito pode adquirir com relação ao trabalho feminino. Observamos, assim, que o trabalho realizado em casa é improdutivo de capital, embora possa contribuir para a produção capitalista mediante a venda de tempo de trabalho, gerado pela divisão sexual e geracional do trabalho no contexto doméstico (Aguiar, 1978; Cebotarev, 1978; Rodrigues, 1978; Neto, 1978).

A posição da casa na estrutura produtiva permite situar as atividades do grupo doméstico e analisar um dos principais tópicos em discussão sobre o sexismo nas estatísticas quanto à participação feminina na força de trabalho (Barroso, 1978; D'Souza, 1978; Leal e Deere, 1978; Aguiar, 1978), uma vez que os censos e as amostras domiciliares nacionais costumam tomar como fonte de informações entrevistas realizadas com os donos de casa ou chefes de residências. A figura patriarcal, presente em vários modos de produção, assume características diferenciais em cada um, podendo afetar a própria coleta de dados estatísticos, uma importante fonte de informações na sociedade moderna.

A análise das atividades do grupo domiciliar, em casa e fora dela, possibilita elaborar um modelo que se ajusta não apenas ao trabalho camponês, mas também à pequena produção mercantil em zonas citadinas, excetuando-se apenas as situações que se relacionam com o

cultivo da terra, e, enfim, com o trabalho capitalista. A delimitação do espaço e as formas de utilização do tempo são dimensões que podem ser empregadas no estudo de várias outras configurações de trabalho, até mesmo com relação à dimensão doméstica de famílias operárias (Arakcy Martins Rodrigues, 1978).

Heredia, Garcia e Garcia Jr. (1978) estudam as unidades domésticas camponesas, analisando o trabalho familiar, demarcado pela oposição entre a casa e a parcela arrendada para o cultivo da subsistência. Enquanto o trabalho em casa é considerado como sendo de atribuição feminina, o realizado na parcela, embora contando com a participação da mulher, é considerado como atribuição masculina. A parcela é dividida em espaços coletivos e individuais. Critérios de idade são utilizados para alocar subparcelas de terra aos filhos, socializando-os para o trabalho coletivo. A responsabilidade pelo trabalho na parcela confere autoridade: o cultivo da produção maior ou dos bens considerados mais essenciais para a subsistência cotidiana, pelas famílias camponesas, como o gado e a farinha de mandioca, são atribuídos aos homens, enquanto às mulheres cabe a produção de verduras e da pequena criação. A comercialização dos produtos é primordialmente realizada por homens, enquanto as mulheres são relegadas à esfera doméstica por rígidos padrões de controle da sexualidade.

Cebotarev (1978) aponta que o exercício dos papéis conjugal, materno e doméstico constitui uma dimensão que reforça a identidade da mulher camponesa, aumentando o seu *status* e poder. Portanto, a responsabilidade pela esfera doméstica também concede autoridade familiar.

Por exercício do papel doméstico a autora refere-se às atividades domésticas, mais freqüentemente voltadas para a aquisição e preparo de alimentos para a família. Seguem-se as atividades relacionadas com a limpeza da cozinha e da casa, menos flexíveis pois necessitam ser realizadas cotidianamente, ocupando boa parte do tempo das mulheres camponesas. Outros projetos e estudos de orçamento de tempo foram ou estão sendo realizados no Brasil e em outros países latinos (Aguiar, 1982; Brito e Neto, 1982; Farias, 1982; Figueiredo, 1982; Saffioti e Ferrante, 1982). As atividades relacionadas com o papel materno e que se referem aos cuidados e à lactância dos bebês são consideradas flexíveis, pela autora, pois são facilmente combinadas ou alternadas com outras tarefas. As mulheres também contam com a ajuda dos

filhos mais velhos para exercê-las. As consideradas como as mais flexíveis de todas relacionam-se com os cuidados efetuados com as roupas em dias específicos da semana, não necessitando dedicação cotidiana. Outro aspecto que adiciona maleabilidade a estas tarefas consiste no fato de que podem ser delegadas a terceiros, sendo exercidas fora da unidade doméstica, mediante contrato. Rendon e Pedrero (1975) para o caso mexicano consideram um conjunto de atividades domésticas das mulheres, bastante próximas dessas.

Cebotarev (1978) também considera outro conjunto de atividades, não diretamente ligadas ao papel doméstico, mas que contribuem para o sustento da família, tais como as realizadas em pequena escala, na produção caseira de alimentos, na indústria caseira e nos trabalhos em serviços. A autora compreende, em conjunto com estas, a criação de aves e animais, o cultivo de hortaliças e a colaboração com os homens nos trabalhos agrícolas maiores. Cebotarev (1978) aponta que, embora mulheres cooperem com homens no trabalho agrícola, considerado como um trabalho essencialmente masculino, não existe reciprocidade dos homens em termos de cooperação para com os trabalhos domésticos. Estes, bem como as atividades comerciais, dentre as quais contam-se a aquisição de mercadorias e a venda dos produtos elaborados em casa, são mais esporádicos do que as atividades domésticas que fazem parte da vida cotidiana, sendo computadas com maior frequência.

A autora chega a enumerar quatro padrões de atividades de mulheres camponesas, desde o conjunto de tarefas mais voltadas para a esfera doméstica, até aquelas mais orientadas para fora de casa. Zahi-dé Machado Neto (1978), seguindo Juliet Mitchell, acrescenta às dimensões elegidas por Cebotarev, para a análise das atividades femininas, a sexualidade e a socialização dos filhos, como aspectos que completam o elenco de dimensões da existência feminina.

Arakcy Martins Rodrigues (1978) volta-se para o modo de produção capitalista, tomando como objeto de estudo a unidade doméstica da família operária. A autora analisa os papéis, de acordo com a etapa do ciclo vital, a composição etária e a relação entre mantenedores e mantidos no grupo familiar. Rodrigues (1978) observa que os papéis de mãe e de chefe de família não são fixos, ponderando que o primeiro pode ser decomposto segundo os seus encargos, tais como o preparo de refeições e marmita, a guarda da casa, o apoio afetivo, a socialização dos filhos, entre outros, sendo parcialmente compartilhados com a filha mais velha quando a mãe trabalha fora de casa.

A enumeração deste conjunto permite a especificação do trabalho feminino, evitando as deficiências referidas acima, quando as atividades das mulheres são enunciadas como um resíduo. Estas dificuldades são geradas quando conceitos demasiadamente genéricos são empregados com relação a uma variedade imensa de situações que, devido ao agrupamento heterogêneo, aparecem indiferenciadas na análise do trabalho feminino.

A negligência destes aspectos pode redundar no risco de que a proposta de elevação da participação feminina na força de trabalho, que toma como referência apenas o modo de produção capitalista, tenha como conseqüência, tão-somente, elaborar uma análise que considere apenas a potencialidade de incorporação de mulheres no exército ativo, em detrimento de outra em que se verifique a contribuição feminina atual.

Acreditamos, todavia, que uma das principais contribuições que o livro pode oferecer consiste em subsídios para a ação política de grupos interessados em elevar a participação de mulheres mediante uma análise da composição da força de trabalho que retrate de maneira adequada a contribuição de setores, cuja atividade vinha sendo pobremente retratada.

Bibliografia

- ABREU, Alice de Paiva; SILVA, Maria da Glória Ribeiro & CAPPELIN, Paola. *A força de trabalho feminina em áreas urbanas na América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- AGUIAR, Neuma. *Casa e modo de produção*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- . *Orçamentos de tempo em perspectiva comparada*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22 out. 1982.
- ALLIER, Verena Martinez. Qual a mulher que merecemos? Cadernos de Pesquisa, *Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, n. 15, dez. 1975.
- ALTHUSSER, Louis *et alii*. *Lire le capital*. Paris, Maspero, 1967.
- ANTHIAS, Floya. Women and the reserve army of labor: a critique of Veronica Beechey. *Capital and Class Theory and Politics*, Special Issue, n. 10, 1980.

- ARIZPE, Lourdes. Women in the informal labor sector. In: Wellesley Editorial Committee (ed.). *Women and national development: the complexities of change*. Chicago and London, The University of Chicago Press, 1976.
- BALMACEDA, Vilma Vargas. *Peru: diagnostico laboral feminino*. Proyecto 102: Seminário sobre a Formação Profissional de la Mujer Trabajadora. Lima, Ministério de Trabajo, Dirección General del Empleo, 1976.
- BARRERA, Manuel. *Diferencial salariales entre hombres y mujeres en América Latina*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- BARROSO, Carmem Lucia de Melo & MELLO, Guiomar Namó. O acesso da mulher ao ensino superior brasileiro. Cadernos de Pesquisa, *Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, n. 15, dez. 1975.
- BARROSO, Carmen. *Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- BARTRA, Roger. *Estructura agraria y clases sociales en México*. México, Ediciones Era, 1978.
- BEECHEY, Veronica. Women and production: a critical analysis of some sociological theories of women's work. In: KUHN, Annette & VOLPE, Ann Marie (eds.). *Feminism and materialism*. Londres, Routledge and Keagan Paul, 1978.
- BERLINCK, Manoel T. & HOGAN, Daniel. Social marginality of class relationships in the city of São Paulo? In: AGUIAR, Neuma (ed.). *The structure of Brazilian development*. Rutgers, Transaction Books, 1979.
- BRITTO, Alda & NETO, Zahidé Machado. *Tempo de mulher, tempo de trabalho: um estudo entre mulheres proletárias em Salvador*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22 out. 1982.
- BRUEGEL, Irene. Women as a reserve army of labor. *Feminist Review*, n. 3, 1979.
- BRUSCHINI, Maria Cristina Aranha. *Sexualização das ocupações: o caso brasileiro*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- BUVINIC, Mayra Youssef; NADIA F. & VON ELM, Barbara. *Women headed households: the ignored factor in development planning*. Washington, D.C., International Center for Research on Women, inédito, 1978.
- CARDOSO, Fernando Henrique. Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade. *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972.
- CARTER, Aidan Foster. The modes of production controversy. *New Left Review*, 1978.
- CARVALHO, Maria Luiza & SILVA, Rosa M. Ribeiro. *O trabalho feminino em áreas rurais da América Latina: uma revisão da literatura*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

- CEBOTAREV, E. A. *Organización del tiempo de actividades domésticas y no-domésticas de mujeres campesinas en Latino América*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- CISNEROS, Antonio J. *Participación económica y movilidad social femenina en el contexto socio-cultural de Bolivia*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- CHAYANOV, A. V. On the theory of non-capitalist economic systems. In: THORNER, D.; KERBLAY, B. & SMITH, R. (eds.). *A. V. Chayanov on the theory of peasant economy*. The American Economic Association, Homewood, Illinois, Richard D. Irwin, 1966.
- D'SOUZA, Stanislas. *Head of household, sex based stereotypes, sex biases and national data systems*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- DURAND, John D. *The labor force in economic development*. Princeton, Princeton University Press, 1975.
- ELIZAGA, Juan C. The participation of women in the labor force in Latin America. *International Labor Review*, 109, 5-6, maio-jun. 1974.
- FARIAS, Zaira Ary. *Aspectos relacionados com a situação da mulher dona-de-casa face ao trabalho doméstico e extra-doméstico*. Trabalho apresentado no III Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1979.
- . *Contribuições recentes para o estudo de orçamentos de tempo: uma resenha*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22, out. 1982.
- FIGUEIREDO, Mariza de Athayde. *Orçamentos de tempo: método aplicado pelas ciências sociais nas pesquisas de campo*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22, out. 1982.
- FUCARACCIO, Angel. El trabajo femenino en Chile: un estudio de caso de las áreas urbanas. In: COVARRUBIAS, Paz & FRANDO, Rolando (eds.). *Chile: mujer y sociedad*. Santiago, Unicef, 1978.
- GALEANO, Luis A. *Las mujeres como proveedoras de fuerza de trabajo en el Paraguay*. Asunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, 1977.
- GALEANO, Luis A. & MORINGO, José N. Cambios en las características económicas y la demanda de la fuerza de trabajo femenina en el Paraguay. Asunción, Centro Paraguayo de Estudios Sociológicos, ms., 1978.
- GONZALES, Lélia de A. *Qual o lugar da mulher negra enquanto força de trabalho?* Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.

- HERÉDIA, Maria Beatriz Alásia; GARCIA, M. France & GARCIA JR., A. R. *El lugar de la mujer en unidades domesticas campesinas*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- JELIN, Elizabeth. La mujer y el mercado de trabajo urbano. *Estudios Cedes*, vol. 1, n. 6, 1978.
- LACLAU, Ernesto. Modos de producción, sistemas económicos y población excedente: aproximación histórica a los casos argentino y chileno. *Revista Latinoamericana de Sociología*, n. 5, 1969.
- . Feudalismo e capitalismo na América Latina. In: *Política e ideologia na teoria marxista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- LATTES, Zulma R. & WAINERMAN, Catalina H. Empleo femenino y desarrollo económico: algunas evidencias. *Desarrollo Económico*, n. 66, 1977.
- LEAL, Magdalena L. & DEERE, Carmen D. Estudios de la mujer rural y el desarrollo del capitalismo en el agro colombiano. *Demografía y Economía* XII, 1 (34), 1978.
- LENERO, Maria del Carmen Elu. Women's work and fertility: Mexico. In: NASH, June & SAFA, Helen (eds.). *Sex and class in Latin America*. New York, Praeger, 1976.
- LOMNITZ, Larissa. *Como sobrevivem los marginados*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno, 1975.
- LOPES, José Sérgio Leite. Notas críticas ao desemprego e subemprego no Brasil. *Dados*, n. 18, 1978.
- MACHADO NETO, Zhaidé. *As meninas: sobre o trabalho da criança e da adolescente em família operária*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- MADEIRA, Felicia R. & SINGER, Paul. Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970. *Cadernos Cebrap*, n. 13, 1973.
- MADEIRA, Felicia R. El trabajo de la mujer en Fortaleza. *Demografía y Economía*, XII, 1 (34), 1978.
- MARX, Karl. *Capital: a critique of political economy*. New York, The Modern Library, 1906.
- . *O capital*, livro I, capítulo VI (inédito). São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- MAUSS, Marcel. Essais sur le don. *Sociologie et Anthropologie*. Paris, Presse Universitaire de France, 1968.
- MARULANDA, Nohra Rey. La unidad reproducción-producción en las mujeres del sector urbano en Colombia. *Desarrollo y Sociedad*, n. 7, jan. 1982.
- MIRANDA, Glaura V. A educação da mulher brasileira e sua participação nas atividades económicas em 1970. Cadernos de Pesquisa, *Revista de Estudos e Pesquisa em Educação*, n. 15, dez. 1975.

- MIRANDA, Glaura V. Women's labor force participation in a developing society: the case of Brazil. In: Wellesley Editorial Committee (eds.), *Women and national development: the complexities of change*. Chicago, The University of Chicago Press, 1977.
- MOLYNEUX, Maxine. Beyond the domestic labor debate. *New Left Review*, n. 116, jul.-ago. 1979.
- NUN, José. Superpoblación relativo, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, vol. 5, n. 2, 1969.
- OLIVEIRA, M. C. *A individualização da força de trabalho e o trabalho feminino em Pederneiras*, São Paulo. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- PALMEIRA, Moacir. *Latifundium et capitalismo*. These du 3ème Cycle. Paris, Université René Descartes, 1971.
- . The aftermath of peasant mobilization: rural conflicts in the Brazilian Northeast since 1964. In: AGUIAR, Neuma (ed.), *The structure of Brazilian development*. New Brunswick, Transaction Books, 1979.
- PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- PERLMAN, Janice. *The myth of marginality*. Berkeley, University of California Press, 1976.
- PRATES, Suzana & TAGLIORETTI, Graciela. *Participación de la mujer en el mercado de trabajo uruguayo: características básicas y evolución reciente*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- RATO, Maria Helena. *A participação feminina na população ativa frente às necessidades do sistema produtivo no Brasil*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- RENDON, Teresa & PEDRERO, Mercedes. La mujer trabajadora. Instituto Nacional de Estudios de Trabajo e Congreso del Trabajo. *Cuadernos del Trabajo*, n. 5, México, 1975.
- REY, Pierre Philip. *Les alliances de classes: sur l'articulation des modes de production*. Paris, Maspero, 1973.
- ROJAS, Antonio Y. *La estructura ocupacional de la fuerza de trabajo femenina en Nicaragua: 1950-1977*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- RODRIGUES, A. M. *Operário, operária*. São Paulo, Símbolo, 1978.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Emprego doméstico e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1978.
- SAFFIOTI, H. & FERRANTE, Vera Botta. *Trabalhadoras rurais: exclusão e participação*. Trabalho apresentado no VI Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Nova Friburgo, 20-22, out. 1982.

- SAUTU, Ruth. *Formas de organización agraria, migraciones estacionales y trabajo femenino*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1978.
- SCHMINK, Marianne. El desarrollo dependiente y la división del trabajo por sexo: Venezuela. *Revista Mexicana de Sociología*, vol. 39, n. 4, 1977.
- SCHMUKLER, Beatriz E. *Mujer y familia comerciante*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1980.
- STANDING, Guy. Education and female participation in the labor force. *International Labor Review*, vol. 114, n. 3, 1976.
- THORNER, Daniel. Peasant economy as a category in economic history. In: SHANIN, Theodor (ed.). *Peasant and peasant societies*. Middlesex, Penguin Modern Sociology Readings, 1971.
- VARGAS, Delma Del Valle. Factores determinantes de la participación de la mujer en el mercado de trabajo. Lima, Dirección General del Empleo, Oficina Técnica de Estudios de Mano de Obra del Ministerio de Trabajo, 1977.
- VELHO, Otávio. *Capitalismo autoritário e campesinato*. Rio de Janeiro, Difel, 1976.
- VERA, David F. & LAIRD, Judith. *Metodología empleada en la encuesta del perfil socioeconómico de la mujer rural en el Paraguay*. Trabalho apresentado no Seminário A Mulher na Força de Trabalho na América Latina. Rio de Janeiro, IUPERJ, 1970.

Fontes para o Estudo da História de Minas Gerais: O Programa de Pesquisa "A República em Minas Gerais, 1889-1980"

O programa de pesquisa *A República em Minas* teve origem na convicção de um grupo de pesquisadores, pertencentes à Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG, de que não se podia mais protelar o trabalho de reconstrução da História Econômica, Social e Política de Minas, utilizando uma base sólida de investigação documental.

Tal motivação explicava-se, em 1977, quando teve início o levantamento dos dados, por dois motivos principais. Em primeiro lugar, o crescente número de docentes em dedicação exclusiva, com qualificação apropriada para o trabalho de pesquisa. Em segundo lugar, a nova orientação impressa ao Centro de Estudos Mineiros, órgão de extensão da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, responsável pela coordenação dos trabalhos da equipe interdisciplinar, que se transformou, efetivamente, em ativo núcleo de produção acadêmica. Nessa conjugação favorável de fatores, formou-se um grupo de professores-pesquisadores que foi capaz de levar a bom termo significativo trabalho de coleta e sistematização de dados sobre Minas, durante diferentes fases do período republicano.

O material recolhido e classificado encontra-se no Banco de Dados do Centro de Estudos Mineiros, para consulta de pesquisadores interessados. Todavia, em vista de limitações na sua estrutura organizacional, o Centro não dispõe, ainda, de recursos para a reprodução desse material, a pedido de interessados.

O programa de pesquisa *A República em Minas* foi inteiramente financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP (Convênio B/76/80/109/00/00), meritória instituição que vem cumprindo papel inestimável na promoção das Ciências Sociais em nosso país.

Compos-se de quatro projetos específicos, todos eles com o objetivo de produzir obras de referência que venham a servir como subsídios para a organização de pesquisas posteriores: o *Dicionário da História Republicana de Minas, 1889-1980*; a *História Documental de Minas, 1889-1964*; a *Estatística Histórica de Minas Gerais, 1889-1930*, e os *Arquivos Mineiros da República Velha*.

Alinhamos, em seguida, informações que esclarecem o conteúdo de cada projeto.

I - *Dicionário da História Republicana de Minas, 1889-1980*, projeto coordenado pela Professora Norma de Góes Monteiro (Departamento de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - UFMG). Compõe-se a obra de três tipos de verbetes: os biográficos, os temáticos e os institucionais.

Os verbetes biográficos englobam toda a elite mineira, de 1889 a 1980. Esta foi definida a partir de dois critérios: a participação efetiva em cargos públicos, tanto no setor privado quanto no governamental. (Ao conceito de cargo público foi dada uma conotação ampla, significando participação institucional e não só participação no governo); o reconhecimento so-

cial do valor da obra produzida, quer no setor das artes, da ciência ou da técnica. Esse conjunto engloba 1.582 verbetes.

Os verbetes temáticos abordam processos e eventos importantes na evolução econômica, social e política de Minas. Foram definidos a partir de três critérios: a relevância estrutural (como é o caso dos verbetes relativos à economia); o significado histórico do evento (como é o caso do verbete *Manifesto dos Mineiros*); e a importância de aspectos constitutivos da ordem social (como é o caso do verbete *A Educação em Minas*).

A elaboração dessas matérias foi entregue a especialistas, por se julgar que, desse modo, a qualidade do verbete seria melhor assegurada, tanto em termos de profundidade do tratamento quanto de informação complementar relativa a fontes de pesquisa. Esse conjunto engloba 17 verbetes.

Os verbetes institucionais referem-se a órgãos do governo mineiro, cuja importância burocrático-administrativa vale a pena destacar, como é o caso das Secretarias de Estado. Fornecem uma descrição de sua estrutura organizacional e de sua evolução ao longo do período republicano. Listam os ocupantes das chefias e direções, períodos de mandato e realizações principais. Esse conjunto engloba 15 verbetes.

Cada verbete contém, igualmente, a bibliografia consultada para sua composição. A bibliografia geral, ou seja, a que serviu para a configuração das informações básicas utilizadas pelos pesquisadores, está listada à parte.

Vale a pena mencionar, a título de conclusão das informações relativas ao *Dicionário*, que se acham em fase final de conclusão as negociações para sua breve publicação, junto a um setor do Governo de Minas.

II - *História Documental de Minas Gerais - 1889-1964*, projeto coordenado pelo Professor Francisco Iglésias (Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG).

Pretendeu-se elaborar um quadro global da História de Minas nesse período que só muito recentemente vem merecendo maior atenção de historiadores e cientistas sociais. Examinou-se principalmente a documentação oficial, constituída de mensagens, relatórios e da legislação, de novembro de 1889 a 1964. Fez-se intensa consulta aos jornais, sobretudo o *Minas Gerais*.

O resultado é o conjunto de dezenas de documentos que ilustram a vida regional ao longo do período. Deu-se mais atenção à realidade econômica, como se vê pela seleção das leis reproduzidas. Muitas delas não foram executadas,

mas valem como indicação de uma linha ideal a ser seguida.

O trabalho concluído pretende ser um ponto de partida, em função do qual se chegue a uma série documental mais abrangente e satisfatória.

O material recolhido já é contribuição para professores e pesquisadores, que poderão utilizá-lo em diferentes contextos de análise. Foi dividido em duas grandes partes: a primeira, cobrindo o período de 1889 a 1930; a segunda, de 1930 a 1964. As partes, por sua vez, subdividem-se em temas, considerados os mais relevantes para o entendimento geral do período. Os documentos foram aí dispostos em ordem cronológica, sendo cada item precedido de breve apresentação.

- República Velha (1889-1930):

1. República: primeiro tempo
2. Período dos Governadores
3. Primeira Constituição
4. A nova Capital
5. Período dos Presidentes
6. A República Velha
7. Congresso Industrial, Agrícola e Comercial
8. Convênio de Taubaté
9. Outros Congressos
10. Trabalhadores, greves, questão social
11. Administração, eleições
12. Agricultura; lavoura e pecuária
13. Café
14. Indústria
15. Mineração
16. Terra
17. Imigração
18. Ensino
19. Transporte
20. Finanças.

- A Segunda República, 1930-1964

1. Administração, repartições
2. Empresas de economia mista
3. Desenvolvimento
4. Política
5. Legislação Social
6. Finanças, bancos
7. Agricultura
8. Café
9. Indústria
10. Siderurgia
11. Fábrica de aviões
12. Transporte
13. Ensino
14. Eletrificação
15. Aliança Liberal
16. A marcha da Revolução de 1930

17. Legião de Outubro
18. Batalhão Feminino
19. Campanha econômica
20. Revolução Constitucionalista de São Paulo
21. Partidos
22. Constituições
23. Benedito Valadares (1933-1937)
24. Benedito Valadares (1937-1945)
25. Nascimento do PSD
26. Interventores
27. Milton Campos
28. Juscelino Kubitschek
29. Clóvis Salgado
30. Bias Fortes
31. Magalhães Pinto.

III - *Estatística Histórica de Minas Gerais - 1889-1930*, coordenado pelo Professor Afrânio Alves de Andrade (Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG).

Esse projeto visou superar séria lacuna com que se defrontam principalmente os pesquisadores individuais interessados na História mais recente de Minas Gerais. Trata-se da falta quase absoluta das estatísticas mais elementares e fundamentais. Essa falta tem sido responsável por um certo desencorajamento por parte de pesquisadores individuais, conscientes do enorme trabalho que representaria o levantamento das fontes esparsas onde os dados podem ser pinçados.

Visando, portanto, produzir esse tipo de referência para pesquisas sobre temas específicos, é que foram elaboradas séries estatísticas relativas aos seguintes itens:

1. Demografia em geral, imigração e migrações internas, estrutura ocupacional.
2. Indústria: manufatura e extração mineral. Produção, organização do setor, força de trabalho, estrutura tecnológica, empresariado.
3. Agricultura e Pecuária. Produção, organização do setor, força de trabalho, tecnologia.
4. Comércio e finanças. Exportações e importações, fluxos de comércio interno. Crédito e setor bancário. Preços dos principais produtos.
5. Transporte: evolução da rede viária, estrutura tecnológica do setor, fluxos de carga, organização do setor, fretes e taxas.
6. Energia: evolução da capacidade, estrutura tecnológica do setor, evolução da demanda, preços.
7. Educação.
8. Urbanização e fenômenos correlatos.

IV - *Arquivos Mineiros da República Velha*, coordenado pela Professora Mitiko Okazaki

Kehdy (Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG).

Produziu um levantamento sistemático dos arquivos disponíveis para o estudo da história econômica de Minas, sendo que a ênfase foi posta nos arquivos de empresas. A pesquisa abrangeu bancos e empresas dos ramos industriais mais importantes, ou seja, indústrias alimentícias (açúcar e laticínios), têxteis e siderurgia.

Para cada ramo, foram selecionadas as empresas mais representativas de acordo com os seguintes critérios: importância do empreendimento em vista do valor do capital, força motriz utilizada, número de operários e valor da produção; antiguidade e continuidade das atividades na República Velha; e acessibilidade ao arquivo.

A escolha desses critérios acabou por delimitar a pesquisa ao âmbito das grandes empresas que, além de terem vida longa, registravam cuidadosamente suas atividades, tendo em vista os interesses da alta administração e dos acionistas, bem como as exigências da legislação comercial.

Foram analisados 14 arquivos localizados na Zona da Mata e na Zona Metalúrgica:

1. Arquivo do Banco de Crédito Real de Minas Gerais (Juiz de Fora e Belo Horizonte).
2. Arquivo do Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais.
3. Arquivo da Açucareira Riobranquense.
4. Arquivo da Usina Rio Branco (*Société Sucrière* Rio Branco).
5. Arquivo da Companhia Agrícola Pontonense: Usina Jatiboca
6. Arquivo da Usina Ana Floência.
7. Arquivo da Companhia de Laticínios Alberto Boeke.
8. Arquivo da Companhia de Laticínios Ribeiro Fonseca.
9. Arquivo da Companhia Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira Fábrica Cedro, Cachoeira, São Vicente e Escritório Central.
10. Arquivo da Companhia Industrial Belo Horizonte: Fábrica de Cachoeirinha e Cachoeira Grande.
11. Arquivo da Companhia Fabril Mineira.
12. Arquivo da Companhia Siderúrgica Belgo Mineira.
13. Arquivo da Usina Wigg.
14. Arquivo da Usina Queiroz Júnior S.A.

Em Juiz de Fora, não se realizou o levantamento de outros arquivos existentes, além do próprio do Banco de Crédito Real, tendo em vista o trabalho que vem sendo promovido, des-

de 1980, pelo Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Juiz de Fora. Entre esses arquivos, destacam-se os seguintes:

1. Arquivo Odilon Braga.
2. Arquivo da Companhia Bernardo Mascarenhas.
3. Arquivo da Companhia Ferreira Guimarães ("A Inglesa").
4. Arquivo da Companhia Industrial e Construtora Pantaleoni-Arcuri.

O projeto daquele Centro inclui, igualmente, o levantamento dos arquivos paroquiais, da Câ-

mara Municipal e os arquivos de fazendas e empresas mais importantes de Juiz de Fora.

Do relatório final consta uma descrição do conteúdo de cada arquivo, sua organização e estado de conservação. É também fornecido um histórico da empresa e um quadro da legislação federal e estadual referentes às atividades pesquisadas.

*Centro de Estudos Mineiros
R. Carangola, 288 - Santo Antonio
30.000 - Belo Horizonte*

Pesquisas em Andamento

Abelém, Auriléa Gomes (UFPa)
Políticas Públicas e Movimentos Populares em Belém

A pesquisa objetiva uma análise crítica sobre políticas públicas e movimentos populares urbanos em Belém. Pretende abordar o tema sob dois ângulos: do lado da população verificando a história de suas organizações e respectivas reivindicações e do lado do poder público analisando as respostas a essas reivindicações e sua ação nos setores envolvidos pelas mesmas. Os movimentos a serem estudados são aqueles originários das necessidades básicas não atendidas na área urbana e cujos moradores passam a se organizar para reivindicar seu atendimento. As políticas públicas envolvem a ação do Estado em seus diversos níveis.

Dip: 1983/Dpc: 1984/Pc/Pub: *Urbanização e Remoção: Por Quê e Para Quem?* Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso Internacional de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, NAEA/UFPa, 1982.

Aragón, Luis Eduardo (UFPa)
Programa de Pesquisa em Migrações na Amazônia Legal

O Programa se propõe: 1) constituir um banco permanente de dados sócio-econômico-demográficos sobre o movimento populacional na Amazônia, o qual será alimentado na medida

em que integrantes do módulo realizem novas pesquisas; 2) desenvolver projetos específicos de pesquisa através dos quais se usem e interpretem as informações contidas no banco de dados. Esses projetos visam: a) identificar as correntes migratórias recentes entre os vários níveis do sistema urbano da Amazônia Legal; b) identificar os fatores condicionantes, estruturais, conjunturais e individuais da evasão e retenção populacional em áreas específicas; c) caracterizar os fluxos migratórios de promoção, conservação e marginalização sócio-econômica e d) contribuir para o planejamento do desenvolvimento da Amazônia fornecendo parâmetros para um melhor direcionamento das correntes migratórias; 3) difundir periodicamente, a nível nacional e internacional, os resultados das pesquisas realizadas e as estatísticas relevantes levantadas pelo módulo.

Dip: 1981/Vp/Fin: SUBIN/Pub: "El proceso migratorio a Goiás Amazonico: adaptación o supervivencia?" In: RUCINQUE, H.F. ed. *Funcion de la Investigación geografica en la America Latina*. Bogotá, Ass. de Geog. Latino-Americanistas; CLAG/ACOG, 1980; "Mobilidade geográfica e ocupacional no norte de Goiás: um exemplo de migração por sobrevivência". In: MOUÇEOT & ARAGÓN (Org.) *O despovoamento do território amazônico: contribuições para a sua interpretação*. Belém, UFPa/NAEA. 164, p. (Cadernos NAEA, 6) p. 89-118. 1981; "Despovoamento rural da Amazônia brasileira";

ANPOCS **b i b**
Revista Brasileira de Informação
em Ciências Sociais

16